

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Camilla Aparecida Gomes Fiedler

**“O EU, O OUTRO E O NÓS” COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O
ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

BELO HORIZONTE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Camilla Aparecida Gomes Fiedler

**“O EU, O OUTRO E O NÓS” COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O
ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em docência na educação básica – Educação, diversidade e Intersetorialidade, da Universidade Federal de Minas Gerais
Orientador: Prof: Juarez Melgaço Valadares.

BELO HORIZONTE

2019

F452e

Fiedler, Camilla Aparecida Gomes, 1991-

“O eu, o outro e o nós” como elemento fundamental para o ensino da história e cultura afro-brasileira / Camilla Aparecida Gomes Fiedler. - Belo Horizonte, 2019.

80 f.

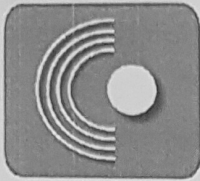
Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Juarez Melgaço Valadares

1. Relações étnicas. 2. Relações raciais. 3. Educação de crianças. 4. Professores – formação. I. Título. II. Valadares, Juarez Melgaço. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

**Catálogo na Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG
Regiane L. D. de Araújo CRB-6/1627**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO TRABALHO FINAL
DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “**O Eu, o Outro e o Nós**” como elemento para o Ensino da História e Cultura Afro Brasileira”, do(a) aluno(a) **Camilla Aparecida Gomes Fiedler**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Juarez Melgaço Valadares (orientador) e Carmen Regina Teixeira Gonçalves. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 90, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Camilla Aparecida Gomes Fiedler
Camilla Aparecida Gomes Fiedler

Registro na UFMG: 2018750490

Juarez Melgaço Valadares
Professor(a) Orientador(a)

Carmen Regina Teixeira Gonçalves
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

AGRADECIMENTO

“Educação, diversidade e intersetorialidade” mudou os rumos da minha caminhada. Nunca textos tão impactantes, relatos tão íntimos, discussões tão calorosas, palavras tão certeiras, haviam impactado minha rotina de vida.

Agradeço à minha família e ao meu noivo pelo incentivo constante. Ao meu orientador pela atenção e disponibilidade. Aos professores que dedicaram suas horas compartilhando seus conhecimentos conosco, aos colegas de sala, que se tornaram uma família e a todos os homens, mulheres e crianças pretas, que me ensinaram a resistir e lutar por nossos direitos.

RESUMO

A realidade na aplicabilidade da Lei 10.639/03 ainda causa dúvidas e dificuldades às professoras. Na escola ainda há uma grande distância entre os documentos referenciais que embasam a necessidade do trabalho com as relações étnico raciais e atividades pedagógicas propostas pelo grupo de docentes. Em contra partida, ao perguntarmos sobre a necessidade de um trabalho diverso em favor da cultura afro-brasileira, as professoras, de forma unanime relatam que necessitamos sim de propostas étnico raciais.

As propostas metodológicas, assim como planejamentos e planos de aula foram repensados, para que, de acordo com eles possamos entender quais as dificuldades enfrentadas pelas professoras na EMEI Palmeiras ao tratar sobre o assunto.

De acordo com o livro didático, pretendo nesta pesquisa, entender como a Base Nacional Curricular Comum pode mediar o ensino da história e cultura afro brasileira em uma escola municipal de educação infantil de Belo Horizonte.

Palavras Chave: educação infantil, professoras, relações étnico-raciais, campo de experiência.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI Palmeiras - Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PPP - Projeto Político Pedagógico

RME-BH - Rede Municipal de educação de Belo Horizonte

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SMED - Secretaria Municipal de Educação

UMEI Palmeiras - Unidade Municipal de Educação Infantil Palmeiras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	9
3. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	12
4. CONHECENDO A ESCOLA	19
5. ESCOLA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: IDEIAS E CONSIDERAÇÕES	21
6. PROBLEMA/OBJETO:.....	25
7. OBJETIVOS.....	26
8. METODOLOGIA	27
9. ANALISANDO OS DADOS.....	29
10. CONCLUSÕES	38
11. REFERÊNCIAS	41
12. ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

O plano de ação aqui descrito é fruto da observação direta das crianças de cinco anos da Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras (EMEI Palmeiras), assim como a observação e o acompanhamento do trabalho realizado pelas professoras que trabalham com as turmas deste recorte etário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96) estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Sendo de total importância para a formação dos sujeitos. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), oferece vagas para as crianças de quatro e cinco anos, como forma de garantir o direito à elas estabelecido pela Constituição Federal de 1988, artigo 205:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Seguindo esta mesma vertente, ao longo dos anos na história da educação infantil do nosso país, direitos foram sendo adquiridos, assim como, leis e documentos foram criados para resguardar os direitos estabelecido às crianças e, conseqüentemente, aprimorar a qualidade na educação pela ampliação do tempo escolar.

Os documentos oficiais com a temática Educação Infantil – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, (DCNEI, 2009), ganharam espaços em âmbito nacional e estadual. Como destaque municipal, ainda foram elaboradas as Proposições Curriculares para a Educação Infantil na Prefeitura de Belo Horizonte.

Os documentos citados anteriormente, buscaram promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança. Isto é, compreender, reconhecer e conhecer a particularidade de cada uma e, simultaneamente, perceber cada criança como um ser integral.

Ainda nesta sequência, em 2015 iniciou-se os diálogos para a elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), buscando promover um trabalho unificado no processo de ensino/ aprendizagem nas diversas regiões do Brasil. A inserção da

BNCC trouxe diversas mudanças, seja em novos termos para delimitar e apresentar temas pedagógicos, ou para propor estratégias didáticas e práticas construtivas.

A fim de atender a nova demanda, propostas didáticas como ferramentas para formação do professor foram criadas. Em 2018, pela primeira vez, desde 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) atendeu a Educação Infantil:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Foram selecionados quatro livros didáticos para uso dos professores, que foram escolhidos por votação por cada grupo docente das escolas públicas. Nesta perspectiva, os materiais ofertados já se resguardavam do conteúdo elaborado para cada faixa etária de acordo com a BNCC.

Entende-se ainda, que os materiais indicados pelo PNLD são adequados para as diferentes temáticas que devem ser tratadas na educação infantil, assim como, atender a legislação vigente, garantindo o pleno desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

Nesta perspectiva, cabe à este plano de ação, entender como a BNCC trata a lei 10.639/03, a fim de garantir sua funcionalidade e pleno exercício.

A referida lei de 9 de janeiro de 2003, altera a nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade das temáticas: História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

Faz-se necessário pensar na metodologia elaborada pela BNCC para realizar as leituras pedagógicas. Portanto, quando descritos “Campos de Experiência” deve-se levar em conta os conteúdos adequados para cada faixa etária, de acordo com os critérios estabelecidos por este material.

Por meio do Campo de Experiência “o eu, o outro e o nós” realizaremos uma roda de conversa em formato de entrevista, utilizando: livro didático, vídeo, charges e um

powerpoint. O nosso objetivo é entender os diferentes olhares das profissionais, compreendendo se com este documento (BNCC) a funcionalidade da Lei 10.639/03 será garantida.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Inicialmente, é importante considerar que a educação infantil, no Brasil, percorreu um longo caminho. Em certos momentos, vinculou-se à saúde, à caridade e ao caráter assistencialista.

Foi a partir da Primeira República, em 1889, que foram registrados alguns programas voltados para o atendimento à pré-escola. Com a expansão industrial, a mulher sai de casa para o mercado de trabalho, momento em que foram criados dois tipos de instituição para atender a criança; a creche, lugar das crianças pobres e de caráter meramente assistencialista, e a pré-escola, que tinha um caráter pedagógico e atendiam crianças economicamente favorecidas. Para Aroeira (1996, p. 9), “o atendimento pré-escolar foi mantido pelas escolas particulares entre as classes de melhor renda, diante de uma oferta deficiente dos setores públicos”.

A constituição de 1988 trouxe consideráveis avanços para a educação pré-escolar. Podemos considerar que esses avanços foram consequências das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais, incluindo o movimento dos operários e das feministas. Conforme mencionamos, a educação infantil consistia em uma política desenvolvida no campo da assistência social, pouco inserida nas políticas educacionais do município. A partir de 1993 a educação infantil passou a fazer parte da agenda política do governo. Observa-se, após essa ocasião, a implantação de diferentes ações e projetos visando à ampliação do atendimento e à melhoria da qualidade dos serviços prestados às crianças pequenas.

A LDB estabelece que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Com isso se confirma o olhar diferenciado para essa etapa da educação em nosso país e a evolução, nesse campo educativo, que permanece até os dias atuais.

A educação infantil hoje oferecida em creches e pré-escolas tem sua importância e status educacional reconhecidos pela legislação nacional.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigos 29,30 e 31, a educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de

idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes. (Medel, 2014, p. 9).

A expansão da educação infantil em Belo Horizonte, até 2003, deu-se principalmente por meio de convênio entre a prefeitura e as creches comunitárias. Na rede pública municipal, até esse período, a oferta permaneceu apenas para as crianças de 4 a 6 anos. De acordo com dados repassados pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) em 2008, no ano de 2003, Belo Horizonte atendeu 3.439 crianças nas escolas de educação infantil e 3.952 nas escolas de ensino fundamental com turmas de educação infantil, totalizando 7.391 crianças atendidas na rede pública municipal.

Naquele ano, A Rede Municipal de educação de Belo Horizonte (RME-BH) implantou o Programa Primeira Escola, com a promulgação da lei n. 8.679/2003. Com base nessa lei, Belo Horizonte criou as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMIEs), deu início ao atendimento público as crianças de 0 a 3 anos de idade e ampliou significativamente as vagas para crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. Criou também o cargo de educador infantil, por meio de concurso público, para o exercício da função docente nessa etapa da educação básica.

Os documentos oficiais com a temática da educação infantil vêm consideravelmente ganhando espaços em âmbito nacional, estadual e municipal. A educação para crianças pequenas deve promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança. Isto é, compreender, reconhecer e conhecer a particularidade das crianças, sendo um desafio para os professores.

O Currículo da Educação Infantil é concebido com um conjunto de práticas, fixado no Referencial Curricular Nacional para Educação (RCNEI). Esse conjunto de práticas busca articular as experiências e os saberes culturais e artísticos das crianças.

Pautada no cuidar e no educar, a educação infantil assume outra perspectiva, diante disso, a criança deve ser levada a descobertas por si mesma, a inventar e criar suas ideias. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Pautada no RCNEI, a instituição de educação infantil, pode oferecer

às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos, proporcionando a mediação dos conhecimentos escolarizados.

Segundo o RCNEI quanto à educação infantil, considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de 0 a 6 anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas em cinco princípios, entre eles o respeito à dignidade e aos direitos da criança, o brincar, a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais e o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade e autonomia. (BRASIL, 1998).

Em Belo Horizonte (MG), as instituições municipais contam com profissionais licenciados e graduados que têm como proposta desenvolver um trabalho articulado com a família e a sociedade.

Assim a educação infantil perde o formato assistencialista que perdurou por muito tempo e a criança passa a ser reconhecida como sujeito social, histórico e integrante de uma sociedade, ou seja, um sujeito integral.

3. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O desenvolvimento das políticas Educacionais para a Educação Infantil se constituiu como um novo movimento e uma nova visão da Educação Básica. Trata-se de uma compreensão dos direitos das crianças aliado a valorização de um currículo que compreenda e respeite-as como sujeitos que necessitam das brincadeiras, vivências, experimentações na trajetória escolar.

Em caráter de valorização às crescentes mudanças que ocorriam de forma expansiva nas últimas décadas a Constituição de 1988, conjunto de normas que regem, determina em seu art. 227 a obrigatoriedade da família, da sociedade e do estado à assegurar a criança e adolescente o direito à educação. Tal artigo determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Trata-se do direito subjetivo e indisponível, ou seja, que não pode ser retirado ou privado aos indivíduos. Por sua vez o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 3º, esclarece que as crianças e adolescentes gozam dos direitos fundamentais à pessoa humana, devendo ser assegurado à elas todas oportunidades e facilidades. Sendo assim o capítulo IV, que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, elenca diversos artigos que tem por finalidade promover a equidade, a cidadania e autonomia dos sujeitos.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;(Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

As crianças, como cidadãos deste país, possuem resguardados tais direitos, e fica sobre responsabilidade do estado e da família assegurar que as possibilidades sejam concretizadas, assim como, a instituição escolar que como medida preventiva e protetiva dos sujeitos também se destaca como detora de direitos no que se refere o art. 55 e 56:

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

A responsabilidade da família e dos profissionais envolvidos nas instituições afirmam, mais uma vez, os direitos fundamentais adquiridos pelas crianças e a definição de deveres inerentes aos responsáveis e a escola.

Compreende-se então que a Educação Infantil é dever do estado. Tal afirmação se estabelece no contexto educacional desde 1994-1995, momento em que foi criado pelo Ministério da Educação o documento de Política Nacional de Educação Infantil, seguindo um panorama de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área, ou seja, uma nova proposta para o desenvolvimento da criança em respeito a infância e

a sistematização do conhecimento.

Em continuidade ao diálogo educacional com os direitos adquiridos pela criança a LDB - de 1996, pontua a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Confirmando em seu art. 2º que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Os artigos acima determinam que a criança, ser dotada de direitos, é amparada pela lei no que se refere ao progresso e desenvolvimento infantil em parceria à educação escolar.

Em 1998 foi criado o primeiro documento de caráter nacional que resguardava os conhecimentos a serem ensinados às crianças em sua trajetória escolar. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI - surgiu a fim de elencar os conhecimentos e propostas educacionais que deveriam ser oferecidos às crianças de todo país.

Conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais determinam de maneira sistematizada o direcionamento das propostas de ensino de acordo com o RCNEI. Destacam-se, pela primeira vez, a valorização de vivências que devem fazer parte da infância, e a introdução das múltiplas linguagens que foram apresentadas a fim de auxiliar o desenvolvimento escolar infantil. Trata-se do movimento (expressividade), música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

De acordo com o Referencial, as atividades e projetos pedagógicos elaborados nas instituições nacionais devem atender todas as linguagens citadas acima. Desta forma o desenvolvimento da criança se dará de forma plena e completa.

Dando continuidade às políticas estabelecidas para os atendimentos das demandas educacionais infantis, destaca-se como medida assistencialista a criação de um

novo programa para alcançar as crianças que ainda não possuem atendimento escolar.

O propósito é compreender as crianças na escola de forma a ampliar a oferta de vagas de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo Kramer 2006:

“[...]a educação infantil parece ser, a partir desses estudos, uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo à escolaridade posterior, tema que permaneceu em discussão nos últimos 30 anos e que tem evidente repercussão para as políticas sociais e para as políticas públicas das instâncias federal, estadual e municipal.”

Seguindo esta mesma vertente, BRASIL, 2014 ressalta que:

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

O Plano Nacional de Educação está em andamento. Iniciado em 2014 e com término em 2024, busca recursos e soluções que sejam capazes de oferecer mais oportunidades para as políticas educacionais. Em nossa interpretação, os avanços em relação ao número de vagas garantem mais crianças na escola, e como consequência uma maior igualdade de oportunidades. Os estados e municípios devem estar em constante trabalho para oferecer a comunidade projetos e ações que visem atender as metas propostas pelo Ministério da Educação.

Destaca-se ainda, de acordo com o terceiro bloco de metas do PNE, a importância de profissionais que estejam aptos a mediar conhecimentos as crianças, estimulando nelas o desejo de aprender e conhecer. Os currículos para a educação infantil devem respeitar os conhecimentos prévios e a cultura destas crianças, a fim de estabelecer um aprendizado significativo e que valorize as raízes e tradições dos sujeitos.

Ainda em 2014, a partir do PNE e em consonância com o artigo 210 da constituição

federal a BNCC é prevista com uma estratégia que será utilizada para garantir metas elencadas no plano de trabalho.

Art.210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Em 2015, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada para a população como forma de consulta pública. O texto foi redigido coletivamente por especialistas nacionais e internacionais, de forma a compartilhar e debater diversas experiências de construções curriculares. Além dos experts, a sociedade civil, os professores, as escolas, diversas organizações do terceiro setor e as entidades científicas fizeram um grande número de observações e sugestões para os textos da BNCC, a fim de contribuir com o texto público, levando em consideração a universalidade deste documento.

A partir das contribuições, um grupo de professores sistematizou as observações recebidas e em 2016 foi disponibilizada a segunda versão da base. Somente em 2017 o Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação a terceira versão do documento. Neste momento entende-se que ela foi criada por meio de um processo democrático na qual inúmeras adversidades e reflexões foram levadas em consideração. Após as últimas consultas públicas, foi lançado o guia da BNCC, visando auxiliar os estados e os municípios na implementação, que tem como prazo o ano de 2020.

A Base Curricular Nacional Comum abre novos caminhos para a valorização da diversidade e da valorização de si mesmo e do outro. Dentre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC, ressaltamos os aspectos conviver e conhecer-se:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Fica evidente a necessidade de oportunizar às crianças atividades que envolvam o conhecimento de si mesmo, assim como a valorização de sua identidade e a construção da mesma. A partir do conhecimento do outro, a escuta, o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas será resultado da prática que oportuniza e dá espaço para os saberes culturais.

Na perspectiva do Campo de Experiência, fica ainda mais clara a necessidade de oportunizar um conhecimento que valorize e empodere os sujeitos:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

A educação infantil é espaço de identificação e conhecimento de si mesmo e do mundo que cerca cada criança. Experimentar o mundo é também compreender nossas origens, ancestralidade e histórias.

Neste contexto de identificação de si mesmo e de uma trajetória que oportunize cada criança a se valorizar e conhecer mais sobre si mesma, é necessário retomar a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do nosso país.

Esta mesma lei, não se refere à educação infantil enquanto decreto que deve ser aplicado sistematicamente, pois entendemos que, os conteúdos conceituais e procedimentais devem ser elaborados de forma concreta e de fácil percepção para as crianças menores.

Surge então, a necessidade de evidenciar a História e Cultura Afro-Brasileira de forma rica em experimentação e fácil entendimento, para que a criança desde cedo, conheça sua história, do seu país, sinta-se representada e valorize a diversidade presente em sua sala de aula, em sua família e nos locais em que frequenta.

Em 2018, pela primeira vez a educação infantil é incluída no PNLD – Plano Nacional do Livro didático. Tendo em vista todo contexto histórico apresentado, e levando em consideração a necessidade de cumprir-se a lei 10.639/03, o material escolhido pelas professoras torna-se um possível instrumento metodológico, afirmando a necessidade de apresentar as crianças a história e cultura afro brasileira.

Por meio do livro didático em afirmação da lei 10.639/03 espera-se que sejam construídas metodologias e estratégias pedagógicas que sejam receptivas e determinantes no processo de reconhecimento de si mesmo e do outro diante da perspectiva da valorização da cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

4. CONHECENDO A ESCOLA

A escola em que se passa este plano, foi fundada em 14 de dezembro de 2013, e somente em de outubro de 2018 tornou-se autônoma, pois antes era vinculada a outra escola da rede municipal. A Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras-EMEI Palmeiras, funciona de 07:30 às 17:00 para duas turmas de turno integral, com crianças de 2/3 anos. No período da manhã, de 07:30 às 11:30, para crianças de dois até cinco anos e a tarde, de 13:00 às 17:00, para crianças de um até cinco anos. Ao todo são 422 alunos matriculados. Somos 45 professoras, três secretárias e 18 funcionários terceirizados (porteiros, auxiliares, cantineiras e auxiliares de serviços gerais).

São 12 salas que atendem 22 turmas, um refeitório com capacidade de 60 crianças, uma secretaria, uma sala de coordenação, uma sala de estudo para professoras, uma sala de lanche para funcionários, uma biblioteca e uma área de serviços gerais. O espaço externo é pequeno e sem cobertura, com árvores que estão em crescimento. O prédio possui três banheiros para adultos e quatro de banheiros infantis.

Nas escolas da RME-BH existem documentos municipais que norteiam a organização do trabalho escolar, e estes são chamados de Proposições Curriculares. Em concordância com estas Proposições do município, cada escola constrói seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

O PPP é um instrumento importantíssimo nas instituições. Ele é construído coletivamente, pela gestão, pelos professores e pela comunidade escolar, com base nos documentos referências para a educação infantil e a realidade local.

Na minha interpretação, o PPP da EMEI Palmeiras possui um texto atualmente defasado, uma vez que, o público atendido se modificou e temas importantes como as Relações Étnico Raciais não são citadas. A escola precisa organizar um momento com a participação de toda comunidade escolar para reescrever o PPP.

Percebe-se que esta atualização deve acontecer com seriedade e rapidez. Observei ao longo do tempo que poucas professoras possuem conhecimento sobre o nosso PPP. Além disso, para que a lei 10.639/03 possa ser implementada e efetivada nos planejamentos escolares, deve ser criando um texto específico no PPP, organizando

o trabalho pedagógico e exemplificando a necessidade de envolver a comunidade, crianças e professoras no ensino da história e cultura afro brasileira.

Ainda nesta perspectiva, vale salientar a necessidade de atualizar o documento considerando também a BNCC. Levando-se em conta a trajetória de construção da Base Nacional e sua implementação é necessária a formação das docentes para que a partir dos Campos de Experiência desempenhem as atividades e propostas pedagógicas, levando em consideração os desafios, vivências e descobertas das crianças.

Cabe ainda mencionar que no início de cada ano é escolhido um tema gerador a ser desenvolvido pelos professores, também chamado de projeto institucional. Neste ano de 2019 o tema escolhido foi “60 anos da obra de Mauricio de Sousa”. Por meio desta temática, as crianças experimentaram diversas atividades que proporcionaram descobertas, novas vivências e construíram conhecimentos, sempre a partir das demandas e interesse dos pequenos.

Além disso, as professoras junto de suas colegas que são pares de idade também estabelecem as intencionalidades que serão desenvolvidas ao longo do ano. Tal conteúdo ainda é registrado no diário de frequência, se tornando também um coletivo de impressões sobre as vivências mediadas pelas docentes.

Realizei observações sobre o grupo de professoras e as demandas trazidas junto a coordenação. Aos poucos notei que dentre os planos de aula e projetos, pouco se falava sobre a cultura afro-brasileira. As poucas atividades que estabeleciam conexão com a África muitas vezes eram propostas por professoras pontuais ou trazidas pela coordenadora. Junto a resistência em desenvolver atividades ligadas as relações étnico raciais vinha uma dificuldade expressa pela pergunta: como devo fazer?

Por sermos uma escola com poucos anos de existência, entendemos que este processo aos poucos pode mudar. Depende de nós, da materialidade que consumimos, dos livros que lemos, dos materiais didáticos que utilizamos e do significado da nossa observação diante do outro.

5. ESCOLA E CULTURA AFRO BRASILEIRA: IDEIAS E CONSIDERAÇÕES

Os Referenciais Nacionais para a Educação Infantil e as Proposições Curriculares para a Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte, delimitam os conteúdos e aquisições de habilidades de acordo com linguagens que, dividem as áreas de conhecimento. Ainda sobre estes documentos, possuem eixos estruturadores que, salientam os pilares para o trabalho pedagógico com essas crianças.

O eixo “Natureza e Sociedade” possui o embasamento das interações entre as crianças, com professores e o mundo. Embora seja evidente a importância deste eixo, uma vez que, as crianças necessitam se relacionar e criar novos vínculos além dos familiares fica também a dúvida de como as relações são estabelecidas diante das adversidades do dia a dia.

Partindo deste princípio e integrando a observação das crianças com seus pares, é notório que, nas atividades realizadas sobre o eixo natureza e sociedade, quase sempre as relações são construídas sobre a perspectiva de que todas as crianças são iguais, e que as singularidades trazidas nas memórias, histórias, famílias e pele das crianças passam despercebidas, sem caráter positivo para a escuta das diversas vivências.

Partindo desta observação, que muitas vezes reproduzem práticas estereotipadas que se intitulam como a favor da diversidade, entendemos que, nem sempre são agregadoras, pois, favorecem sempre as mesmas culturas, destacando as que merecem mérito e deixando em segundo plano, as que, são rotuladas e não evidenciadas na escola.

Claramente, a Lei 10.639/03 é uma potencial medida para que tais práticas sejam repensadas. Falar sobre a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, é entender que a história de cada criança e adulto está atrelada a cultura negra. Temos em nosso passado marcas que foram construídas pela população negra, que sem privilégios e com muita luta resistiu por sua sobrevivência.

A implementação desta lei é de extrema importância. De acordo com Gomes e Jesus, 2013, ainda não é possível compreender a amplitude e a garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em nosso país. A obrigatoriedade

ainda não é elemento de responsabilidade sobre as escolas e professores que muitas vezes se mostram despreparados e silenciosos quanto as dificuldades sobre temas raciais vividos em sala de aula.

Nessa perspectiva, como forma de padronizar e garantir o ensino dos conteúdos adequados de acordo com as faixas etárias em todo nosso país surge a BNCC. Seus elementos estruturadores afirmam a necessidade da socialização, valorização e conhecimento das diferentes culturas.

Entende-se ainda que, a BNCC torna-se elo de ligação quanto a garantia e obrigatoriedade da Lei 10.639/03, mostrando que, modificações na educação infantil devem ser feitas, a fim de se posicionar contra práticas racistas, preconceituosas e que, muitas vezes segmentam, dividem e excluem parte da população.

Trata-se ainda, segundo Gomes 2010, da valorização do corpo negro, da sua história e sua fala, que por tantos anos foi silenciada e oprimida. A necessidade de estruturar a positividade em torno da história do negro no Brasil leva em conta que, por tantos anos crianças não se sentiram representadas e não conheciam as tantas histórias que percorrem a vida de cada uma delas. Ainda nesta perspectiva, a escola pode se transformar em um ambiente de descobertas e de reconhecimento de si mesmo:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas.

Práticas pedagógicas devem ser elaboradas para a compreensão da obrigatoriedade da lei. Na perspectiva da reconstrução da imagem do negro, enfatizando-a de forma positiva e essencial na história do povo brasileiro.

Também é dever da escola, assim como dos professores que nela mediam seus conhecimentos conhecer diferentes narrativas que evidenciem aspectos positivos da cultura africana. Desta forma, a criança desde cedo terá oportunidades de conhecer elementos que farão parte da sua trajetória, dando ênfase à valorização da auto estima e do reconhecimento de si mesmo como parte fundamental na história.

Ao mediar os conhecimentos da cultura afro-brasileira na escola os professores também afirmam que existe determinado posicionamento político, pois segundo

Gomes não há como falar sobre cultura negra e não evidenciar um conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas do nosso país. Isso nos leva a pensar nas ações afirmativas para o povo negro, que devem acontecer nas diferentes esferas, seja federal, estadual ou municipal.

Tratando-se da educação, a lei 10.639/03 também pode ser vista como ação afirmativa, uma vez que aponta com obrigatoriedade a Educação das Relações Étnico raciais. Esta lei também simboliza o combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação, estabelecendo a redução das desigualdades sociais.

Além disso, pensar o ensino a cultura afro-brasileira é reconhecer a escola como importante espaço para a construção do ser humano, uma vez que, os indivíduos passam grande parte de suas vidas no ambiente escolar. Certa de que, nem sempre em suas moradias estes sujeitos terão informações corretas e empoderamento necessário para enfrentar a sociedade preconceituosa, a escola torna-se essencial na formação dos seus alunos.

Ainda na perspectiva das ações afirmativas, cabe citar o “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, documento que esclarece o papel de cada sujeito, grupo e instituição, como fator essencial para construção de um país com menos discriminação e preconceito.

Dando continuidade e delimitando meus estudos à educação infantil as “Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais” relatam de forma cautelosa a necessidade do reconhecimento das crianças, descobrindo-se como indivíduos dotados de afetos que devem, por meio das mediações e interações construir sua identidade, evidenciando o papel do diverso na sociedade e valorizando sua ancestralidade, histórias e origem.

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que o cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período.

Na educação infantil, primeira etapa da educação básica é fundamental alimentar as crianças de diferentes vivências, pois é a partir do seu contato com o mundo que seus conceitos serão formados, ou por meio desses que, opiniões racistas e

discriminatórias serão combatidas. Também é nesta etapa que, a autoestima, a identidade e formação da personalidade das crianças serão criadas, portanto, faz-se necessário que o professor realize um trabalho dinâmico, amplo em prol do cumprimento da lei 10.639/03.

6. PROBLEMA/OBJETO:

Na escola, quando se menciona a lei 10.639/03, muitas dúvidas surgem em nossas rodas de conversa. Os questionamentos são de origem subjetiva, mas englobam questões sobre os conteúdos a serem desenvolvidos, a metodologia do ensino a ser utilizada e se o vocabulário é compreendido pelos alunos. O “como fazer” e o “como ensinar” pairam sobre os nossos diálogos, por muitas vezes fazendo que o tema não seja aplicado em nosso planejamento diário, dificultando sua praticabilidade. Se mantêm, sobretudo, certa distância entre legislação e a prática pedagógica.

Segundo Gomes e Jesus (2013), embora haja mais de 15 anos na constituição da lei 10.639/03, ainda não sabemos qual é a abrangência do trabalho que vem sendo realizado pelas escolas para garantir a aplicabilidade da mesma. O que se sabe é ainda existem muitos desafios nesta obrigatoriedade e que ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para a valorização de cada um consigo mesmo, o respeito com o outro, e acima de tudo como uma medida antirracista.

Façamos algumas perguntas: Sendo a BNCC um documento único para todos os estados e municípios do país, pode ela ofertar subsídios para a aplicação da lei? Estarão os livros didáticos ofertados pelo PNLD em consonância com saberes ditos como obrigatórios?

7. OBJETIVOS

7.1. Objetivo Geral:

Analisar se os diálogos e estratégias criadas na escola garantem a implementação dos eixos e textos contidos na lei 10.639/03 de acordo com os direitos de aprendizagem e o campo de experiência proposto pela BNCC, “O eu, o outro e o nós”, nas turmas de cinco anos da EMEI Palmeiras.

7.2. Objetivos Específicos:

- Reconhecer a BNCC como instrumento agregador para práticas que favoreçam as interações com o mundo e conhecimento de si mesmo,
- Elaborar atividades reflexivas que fomentem as discussões sobre diversidade de culturas inseridas no contexto escolar,
- Garantir a aplicabilidade da Lei 10.639/03 na Educação Infantil,
- Construir um diálogo positivo sobre a trajetória do negro no Brasil,
- Discutir com os docentes a necessidade do trabalho consciente e empoderador,
- Analisar possíveis dados que revelem práticas utilizadas em salas de aula que são positivas para a aplicação da Lei 10.639/03,
- Analisar possíveis dados e fatores que revelem dificuldades na aplicabilidade da lei 10.639/03.

8. METODOLOGIA

A presente pesquisa é resultado dos estudos realizados entre agosto de 2018 até novembro de 2019. Trata-se da necessidade de avaliar a discussão sobre os conhecimentos sistematizados, adquiridos por meio desta especialização no ambiente escolar, protagonizado por crianças, professoras, auxiliares, e demais funcionários que fazem parte da instituição.

Faz-se necessário salientar que esta pesquisa possui cunho qualitativo. Desta forma buscamos atribuir e conceituar fatores importantes na Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras (EMEI Palmeiras). Nesta perspectiva serão observadas atitudes, práticas e metodologias que as docentes podem utilizar em suas aulas, assim como práticas pedagógicas, opiniões, dificuldades, dúvidas e sugestões que estabeleceram dados referentes à pesquisa e observação. Segundo Gil (2002, p.175) a pesquisa qualitativa é aquela que:

[...] procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Inicialmente, acompanhei reuniões dos grupos de professoras com a coordenação, a fim de conhecer o projeto de trabalho de cada idade, na EMEI Palmeiras os temas dos projetos são alinhados de acordo com a idade das crianças, promovendo interações entre as turmas de mesma idade.

O objetivo da observação foi conhecer qual projeto melhor se alinhava a esta pesquisa qualitativa e quais professoras estariam dispostas a participar do mesmo, uma vez que, não havia tempo hábil para que o projeto fosse feito com todo o grupo de professoras da escola.

Ainda sobre a escolha das turmas, a prioridade foi para as idades de 4 e 5 anos respectivamente, uma vez que o livro (Pé de brincadeira) escolhido pelas professoras de acordo com o PNLD era destinado à esta faixa etária.

Após as observações foram feitas duas rodas de conversa em formato de entrevista. Construí um powerpoint com dados sobre a lei 10.639/03 e a BNCC. Os dados coletados foram gravados, e por meio deles perpasso minhas considerações neste trabalho.

A metodologia qualitativa na pesquisa, mais precisamente neste plano de ação possui algumas características básicas, comentadas por GODOY (1995, p. 62-63), tais como: o estudo empírico é realizado no seu ambiente natural, pois os fatos sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem.

Por meio das relações diárias e do contexto de cada professora, observei as atividades realizadas no interior e exterior da sala de aula, analisando dados, ações e condutas. Os mesmos foram de extrema importância, sobretudo para entender os desafios compartilhados na roda de conversa/entrevista.

O plano de ação foi realizado com base na perspectiva que as pessoas pesquisadas têm sobre os objetos de estudo, lei 10.639/03 e BNCC. Comprometo-me à apresentar as informações com total respeito e fidelidade, seja na transcrição dos áudios e também nas observações realizadas durante este período.

9. ANALISANDO OS DADOS

A primeira roda de conversa foi iniciada com a minha apresentação ao grupo, contando os motivos que nos traziam ali: o tema do meu trabalho e a proposta que foi pensada para o momento da roda de conversa. Elas se mostraram atentas e curiosas sobre o que estava sendo apresentando, afirmando ainda que o determinado tema era importante.

Após a introdução iniciei a apresentação do powerpoint com a seguinte pergunta: **É necessário o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na Educação Infantil?**

A resposta das colegas foi unanime. Todas relataram a necessidade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Levaram em consideração de que a implementação da lei 10.639/03 também não é realizada, exemplificando que existe uma distância grande no que está de fato descrito no papel e formalizado em conteúdo nas salas de aula. A colega Julia ainda relatou suas dificuldades e inseguranças para desenvolver esse trabalho temático em sala de aula:

Julia: a gente mesmo não tem muito conhecimento né, a respeito disso. Acho que vem da gente mesmo, a gente não tem essa formação. É muito pouco, muito raso geralmente, de conhecer realmente a história para poder dar aula. Eu acho muito importante, por causa desta questão da ancestralidade, de origem, de conhecer mesmo a sua história. Fica um pouco desta impressão de que Brasileiro tem uma história importada da Europa, dos Estados Unidos, fico pensando a minha ancestralidade eu não sei, não tenho a menor ideia.

Levando-se em consideração o papel da escola como espaço para a diversidade e a construção de conhecimento, é de suma importância considerar o dado relatado pela professora Tatyana. Entender nossa ancestralidade, assim como a história de resistência vivida pelo povo negro é essencial para a nossa formação. Na educação infantil este fato deve ser considerado de forma positiva, ensinando às crianças contos, histórias, mostrando imagens e proporcionando vivências que fizeram parte da vida dos nossos ancestrais, assim como da cultura do povo africano. Porém, falta conhecimento, segundo ela. Assim, desde o início se observa que as professoras

mostravam dificuldades conceituais com relação àquela temática, e mencionaram que esse fato poderia levar a certa resistência no trabalho com a turma de cada uma delas. Trata-se de uma determinada deficiência de conhecimentos em relação a história e cultura afro-brasileira.

Além do negro, é necessário apresentar para as crianças que a cultura do povo brasileiro não é criada apenas pelos portugueses, mas sim pelos indígenas e africanos que povoavam nossa terra. Esses povos tinham como forma de transmissão de conhecimento a oralidade, de forma que se garantia a passagem do saber tradicional de geração para geração. Trata-se então de buscar na história ideias que não eram lineares, que permitiam pontos de vista diversos, e que promoviam no espaço momentos de trocas para discutir as relações de forma a desconstruir a imagem negativa sobre o negro. De acordo com Ângela Davis, não ser racista não é o bastante, precisamos ser antirracistas. Nesta perspectiva, a professora Mercês aborda:

Mercês: E não é porque a pessoa está fazendo aquilo de caso pensado, alguns são; outros é porque é tão construído na nossa cabeça, que a gente não consegue fazer diferente. Para fazer diferente, tem que ser muito treino. É a gente treinar o que a gente até está pensando. Porque a gente aprendeu muita coisa negativa com relação ao negro e ao indígena.

Aqui mostra-se como o discurso racista e preconceituoso vai se naturalizando, fruto de um processo de alienação, que toma conta da sociedade. Uma hierarquia entre as culturas vai se criando, disseminando a concepção de autoridade, e uma desvaloriza a outra.

Cria-se então uma formação racista, que promove ocultamente o racismo na sociedade. Mercês relata que muitas vezes o sujeito não produz ações racistas por seu desejo, mas porque é algo que já está incorporado as suas ações e pensamentos, uma vez que seja omitido o ensino na cultura africana em sua maior parte, e ensinado somente histórias que negativam os negros, e promovem supremacia aos brancos.

Mas, quando deixamos as atitudes e falas preconceituosas? Quando conseguimos perceber o racismo existente e nossos pensamentos? Ainda que devagar, caminhando em passos pequenos, sabemos que a escola pode favorecer a construção de uma educação diversa e de favorecimentos de todas as culturas. A professora Cláudia questiona a necessidade de reflexões e estudos sobre a cultura afro-brasileira, para que o trabalho étnico racial aconteça ao longo de todo o ano, de maneira constante, e não somente em novembro (20/11 dia da consciência negra).

Pensando nas estratégias oferecidas pela EMEI Palmeiras, em favor das relações étnico raciais, observamos que ações pontuais são feitas. Geralmente em datas comemorativas, quando pedido pela SMED ou coordenação da escola. Vários fatores interferem nesta lógica, seja por falta de materialidade na escola, por pouca reflexão quanto a necessidade, de acordo com as professoras, e pelo questionamento feito quanto à formação. É a Professora Cláudia que nos fala, sobre a importância de uma dimensão coletiva para assumir esse trabalho na escola como um todo:

Cláudia: eu acho que a educação em si ela falta muito crescer nisso, e a nossa escola muito também, porque eu acho que não é um crescimento só meu ou da Mercês, de um grupo pequeno, teria que ser um crescimento geral, da escola em geral, um pensamento que fosse voltado para isso, no cotidiano, não parar em uma data específica, mas no cotidiano, a gente não tem essas mudanças. Então eu acho que teria que ser mais efetivo. Eu penso que tem que ser mais efetivo.

De acordo com a professora Cláudia não somente ela, mas todas as professoras da referida escola devem participar de momentos de formação continuada com o tema étnico racial, e que precisam buscar em outros espaços esse conhecimento. Ainda nesta perspectiva, ela aponta:

Cláudia: a formação da gente mesmo teria que ser voltada para essa ideia de que a gente tem que construir essa cultura diferente, pelo menos na escola. Se a gente conseguir mudar as crianças na primeira infância, que é o que a gente atende aqui, seria muito mais fácil de você ter um adulto com

mentalidade diferente.

A professora institui aqui uma abordagem essencial. Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, de acordo com a LDB, é também nesse espaço que devemos promover uma construção cultural diferente. A valorização e o respeito às diferentes culturas deve ser pauta de projetos e atividades escolares, para que, ao longo dos anos escolarizados este indivíduo construa sua personalidade com bases antirracistas e de tolerância. Nesta perspectiva, cabe ressaltar a necessidade de um trabalho sistemático, que aconteça de forma efetiva.

Mercês: É que não tem interesse (as professoras não tem interesse) ... Não é o projeto da Mercês que vai dar conta disso sozinho. É um projeto que vai ter que ser da direção da escola.

De forma semelhante a outras proposições curriculares, deve ser um projeto oficial, reconhecido e legitimado pelo PPP da escola. É o que nos diz Cláudia:

Cláudia: Institucional. Não é da direção da escola. É criar dentro do PPP mesmo. A gente não tem um PPP? O PPP que voltasse para isso.

Compreendo que, a partir do diálogo das professoras é importante o espaço para estudo na escola, favorecendo um aprimoramento coletivo. Para isso, o PPP da escola deve ser reescrito, prevendo a lei 10.639/03 e disponibilizando diferentes métodos para a eficácia do trabalho étnico racial.

Em continuidade às reflexões abordadas na roda de conversa, apresentei para as professoras o “The test doll experiment” um vídeo do youtube realizado com crianças italianas. Este teste é realizado desde 1939 em diferentes partes do mundo, e quase sempre possui os mesmos efeitos, quando se trata da análise dos dados fornecidos pelas crianças. Após a apresentação a professora Mercês relatou sobre algumas questões:

Mercês: A primeira coisa que a gente precisa pensar, é começar a trabalhar

enquanto adultos dessa situação, é tentar barrar o nosso próprio preconceito. Porque a gente tem essa questão, esse distanciamento, algumas falas que a gente tem o tempo inteiro... São falas como essas que a gente acaba tendo ao longo do dia e da vida, que pra quem ouve, ela é negativa. Você acha que tá elogiando mas você não está elogiando a pessoa. E é começar por aí. E passar a elogiar de verdade. Nossa fulano você está tão bonito, você não está bonito, você é bonito. Nossa que bonito você está com essa roupa, com esse cabelo. Nossa você fez um penteado diferente e reconhecer mesmo que vão ser estilos diferentes.

Nesta perspectiva, encontramos novamente a dificuldade dos adultos em simples falas e relatos. De certa forma, o racismo oculto que nos formou ao longo dos anos está impregnado em nossas ações e pensamento. É, portanto, necessário repensar estereótipos, jargões e palavras. O verdadeiro reconhecimento do diverso passa também pela modificação do nosso olhar, que deixa de ser acomodado para enxergar a beleza do outro. Sintetizando a questão oculta do racismo presente na sociedade:

Mercês: É algo que é mecânico, é o racismo que estrutura mesmo a sociedade, que você já nasce com ele praticamente dentro de você. Que as atitudes das outras pessoas fazem com que você tenha as mesmas atitudes, fazendo você ter a mesma atitude.

Sabendo-se das dificuldades em se combater práticas que acontecem na escola e favorecem o preconceito, passamos a nos preocupar com de que forma podemos mudar as práticas racistas e apresentar trabalhos com focos na diversidade. Porém, devido a nossa insegurança para iniciar o trabalho, em conjunto ao receio de negativar ainda mais às questões étnico raciais, mostramo-nos muitas vezes estáticos, sem saber como agir:

Julia: a gente tem muito medo de falar, assim né, de acabar reforçando o preconceito ao invés de combater, sei lá qual seria a palavra. E a gente fica com muito cuidado, em relação ao que você fala, se você vai ofender. Porque

já foi tão negativado a vida toda, tudo a respeito assim do cabelo, da cor da pele, dos traços, de tudo, que a gente fica até com medo de falar que vai estar associado a esta carga negativa que já vem de cultura.

Por meio das observações que realizei nos últimos meses, compreendo que esta dificuldade citada pela professora Julia é a de muitas professoras. O “não saber como fazer” coloca-nos em uma situação passiva, em que muitas vezes deixamos de agir devido ao medo. Cabe ressaltar que, nessa linha de pensamento continuamos fazendo aquilo que já faz parte da nossa prática, sem alçar novos conhecimentos. Portanto, entendo que é por meio das práticas acontecidas na escola e da troca de relatos e vivências que vamos aprender como mediar os conhecimentos étnico-raciais com eficácia.

Nesta perspectiva de pensar novas práticas, apresentei às professoras o trecho da lei 10.639/03 e a LBD, para que juntas nosso discurso se voltasse para o método de trabalho das relações étnico raciais na educação infantil. A professora Mercês apresentou sua experiência de trabalho no ensino fundamental em outro município e apresentou alguns questionamentos:

Mercês: Eu via muita dificuldade, ainda vejo, tem algumas questões que ainda não conseguia encaixar na forma de trabalhar da forma que eu queria, que é de colocar mesmo ao longo do ano inteiro, desde fevereiro até dezembro trabalhar estas questões, sem ser por projetos. Mas sempre penso: Ah! Tem uma história pra contar, tem uma atividade pra fazer, ah vou pegar esse livro aqui porque ele já faz referência a África ao negro, as vezes nem a África, mas já tem aquelas crianças negras ali que estão num lugar de destaque.

A partir da fala da professora Mercês é importante repensar nos recursos disponibilizados na escola. A materialidade é importantíssima para a criança. Literaturas com personagens negras como personagens principais são um excelente recurso, uma vez que trazem a ideia de representatividade não dando somente espaços de pouca visibilidade para o corpo negro, mas sim que o mostram como personagens de importância e destaque nas histórias.

Os livros são importantes estratégias, sejam para as crianças que por meio deles podem conhecer sobre a cultura africana, se sentirem representadas por meio dos personagens e também para os adultos, que podem conhecer e se apropriar de novos conhecimentos para se capacitarem à desenvolver assuntos étnico raciais em sala de aula.

Dando continuidade, expus para as professoras um fragmento da BNCC, mais especificamente o campo de experiência descrito como: “O eu, o outro e o nós”. Apresentei o mesmo como um indicador de possibilidades para o conhecimento das diferentes culturas, mostrando que existe a necessidade por meio de respaldo nacional para que, seja ensinado de forma efetiva a história e cultura afro-brasileira.

De acordo com o diálogo que se estabeleceu dando importância ao livro como facilitador metodológico, coloquei em evidência a escolha do livro didático para o professor feita em 2018 por meio do PNLD. O livro “Pé de brincadeira” foi escolhido pelo corpo docente para ser utilizado nas turmas de 4 e 5 anos. Levei o material impresso e dispus de algumas imagens no powerpoint para que, juntas houvesse um momento de reflexão quanto a utilidade do material. Após apresentar as imagens que fazem parte do acervo do livro, as professoras com determinada surpresa fizeram algumas considerações. O diálogo a seguir mostra uma parte dessa conversa:

Cláudia: cadê a representatividade aí?

Mercês: não tem.

Julia: Meu Deus, que absurdo! Como eu nunca vi isso?

Mercês: Algo que a gente também precisa repensar: -de que escolas são essas fotos? -que lugar é esse?

Já dá pra perceber né... não há crianças negras. Agora conta quantas professoras negras tem nessa escola do livro? (Nenhuma).

Acerca das considerações realizadas pelas professoras, faço algumas considerações: Este livro foi escolhido em 2018, foi entregue no início de 2019 para cada professora. Pela primeira vez elas observaram que este material não cumpria sua função como mediador entre os alunos e o conhecimentos das Relações étnico

raciais. Além disso, este livro, que teve distribuição nacional percorreu diferentes regiões do Brasil, portanto, não levou em consideração as diferentes culturas do povo brasileiro. Cabe ressaltar que, não existe representatividade, tanto para as crianças e também adultos, pois não há nenhuma professora negra.

Este material ainda por ter sido distribuído pelo PNLD, foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), portanto, para esta secretaria também são limitadas as ações relativas às relações étnico raciais.

Mercês: Quando a gente olha a turma, uma que a turma é muito pequena, se comparado as nossas turmas aqui, e não tem uma representatividade, no conjunto. No conjunto não destoa.

Ainda sobre a questão da representatividade, cabe ressaltar que, antes da reflexão proposta por esta roda de conversa as professoras não haviam percebido a ausência do corpo negro neste livro, afirmando mais uma vez que, ao longo da nossa cultura não damos o mesmo espaço ao corpo negro e nossa sociedade, privilegiando sempre o corpo branco nos locais de destaque

Acerca deste material proposto, quando questionadas se este livro é um suporte para se trabalhar a lei 10.639/03, a professora Cláudia afirma que, este material escolhido pelo grupo de professoras deixa a desejar a questão étnico racial:

Cláudia: for esse material pedagógico aqui, didático, ele não está estruturando nada, ele não vai auxiliar o professor em nada. Primeiro que se o professor pegar isso ai ele vai falar não preciso trabalhar essa lei. Já que não consta no livro didático, não precisa. Então acho que a questão é, o professor vai ter que olhar o material e ele vai ter que correr atrás disso. Se ele quiser trabalhar.

Percebemos que apenas uma atividade neste material didático traz referências a cultura africana. A lei 10.639/03 não é citada, os pareceres na mesma não foram ressaltados, e de acordo com as imagens disponibilizadas o negro é colocado em lugar subalterno. A professora Cláudia juntamente da professora Mercês ainda realizaram mais questionamentos, de acordo com as intencionalidades realizadas no

início de cada ano letivo, o projeto institucional e o PPP:

Cláudia: e aí isso teria que ser colocado naquelas intencionalidades, que também a gente olha o nosso e vê que não tem nada né. A gente fez um caminho ao contrário daquilo ali, porque a gente nem prestou atenção que a gente não tinha nada em referência a isso até porque a gente ficar pensando agora, ué, falou nessa lei, aonde que ela está inserida no nosso projeto. Ela não estava. Dentro daquelas intencionalidades.

E retorna, na voz de Mercês, a questão da importância do trabalho coletivo:

Mercês: E essa visão que falta pra gente enquanto grupo, do Projeto Institucional. E se a gente consegue colocar essa aplicabilidade da lei no nosso PPP, mais um motivo que a gente tenha mais momentos coletivos para amarrar.

As professoras destacam que, embora o livro didático Pé de brincadeira não faz referências às relações étnico raciais, nós, como professoras também não realizamos observações sobre a temática no PPP da escola, no projeto institucional que é elaborado anualmente e nas intencionalidades que são feitas de acordo com a faixa etária para cada idade.

Terminamos as rodas de conversa em formato de entrevistas com reflexões ricas e pertinentes. Ainda foi levado em consideração de que esta apresentação feita por mim para estas professoras, fosse levada para todo o grupo.

10. CONCLUSÕES

Durante os meses em que esta pesquisa foi realizada, permiti-me fazer e viver inúmeros questionamentos. A cada observação que revelava fatos novos vividos na escola me faziam pensar duas coisas: tudo isso sempre aconteceu?

Repensar a nossa prática não é tão simples, nem tão notório. Repensar é sair do lugar de onde sempre se esteve e procurar enfrentar de maneira criativa, as dificuldades e desafios. Durante este tempo, estive em diferentes papéis, seja na escuta propositiva em minha função de pesquisadora, e ao mesmo tempo, na comunicação incisiva como coordenadora. Por muitas vezes as funções se entrelaçavam e me confundiam, em outras, é como se tudo estivesse mais claro.

Ao longo do tempo percebi que, embora conhecer o texto da a lei 10.639/ 03 fosse o ponto principal de trabalho neste plano de ação, muitas colegas de trabalho ainda não a conheciam Porém, perguntadas se trabalhavam em sala com as questões étnico-raciais, a resposta do grupo foi positiva. Se por um lado implicava em insegurança, por outro a necessidade de desenvolver a temática.

Este é o meu primeiro resultado em torno das conclusões sobre essa pesquisa. Só existe trabalho em favor da diversidade e do reconhecimento das diferentes culturas por meio do estudo. A formação é capaz de fazer enxergar o que até então é invisível. Perceber nossa cultura e a sociedade racista é entender que, historicamente, os ideais e concepções fizeram parte de uma trajetória que não favoreceu os brancos e negros de forma igualitária, e que, para que haja mudanças devemos encarar a forma de pensar sobre o corpo negro.

Ainda há uma grande diferença entre a lei 10.639/03 descrita no papel e daquela praticada em nossas salas de aula. Propor estratégias para que haja articulação e mudanças em nossa forma de ensinar a cultura afro-brasileira é pertinente para avanços na discussão étnico-racial.

Ainda sobre estratégias e métodos, pensar sobre leis, documentos referenciais

nacionais, didáticas e autores é importante para que se entenda o que há de legislativo para que se ampare e afirme a necessidade do estabelecimento da lei, mas repensar práticas pedagógicas diárias, planejamentos e planos de aula, projetos institucionais e o PPP da escola é que resultarão em uma mudança ativa e eficiente.

Durante o tempo em que falamos sobre as relações étnico raciais e o cumprimento da lei 10.639/03 muitas dúvidas se estabeleceram em meio aos diálogos. Conclui que, a maior parte das dúvidas aconteciam devido a uma formação incipiente sobre a temática, pois ao longo de sua formação inicial e profissional pouco ou quase nada tiveram de informação sobre a cultura afro-brasileira.

Ao longo dos anos este processo foi se naturalizando até que quase imperceptível. Aprendemos a não questionar, a não nos empoderar e quando se percebe, ações estereotipadas em favor do racismo já estão impregnadas em nossas ações. Tudo de forma oculta. Até que mais um ciclo se inicie. Mais uma vez não sabemos como fazer, não sabemos como ensinar, e mais um sujeito não foi reconhecido, não teve as mesmas oportunidades e torna-se reflexo das nossas ações.

O papel do professor na escola é de favorecer práticas e vivências em que as diferentes culturas tenham os mesmos espaços de apreciação. Pensar no ensino da história e cultura afro-brasileira é dizer para o outro que possibilidades existem, que representatividade importa e que ainda há muito para se mudar nas instituições de ensino.

Percebe-se de acordo com as falas das colegas que além das leis e referenciais, deve ser haver uma mobilização para que, os documentos de cada instituição também afirmem a necessidade do trabalho étnico racial em sala de aula. Concluo que, para que o trabalho em favor da afirmação da lei 10.639/03 seja de fato eficaz é necessário realizar a atualização do PPP) e destinar à ele um texto pertinente com a realidade da comunidade escolar para que juntamente da escola estabeleçam metas em favor da diversidade cultural.

Retornando á algumas perguntas realizadas por mim e pelo grupo de professoras:

como inserir a história e cultura afro-brasileira nos planejamentos diários? Este ainda é um desafio.

Pensar em imagens, livros, atividades, vivências, apresentações, vídeos e práticas que coloquem o negro em local de prestígio é uma estratégia que pode mudar a visão dos nossos alunos. Digo que, diferentes conteúdos podem ser realizados, e que minúcias afro-brasileiras podem entrelaçar o aprendizado.

Ensinar para a diversidade também é treinar o olhar de si mesmo e do outro para o mundo é ver a beleza da criança negra, e enxergar sua cor, seus cabelos, suas raízes, afetos e ancestrais.

“O eu, o outro e o nós” pode originar diferentes contextos pedagógicos que envolvem respeito á diversidade e apresentação á outras culturas. Se reconhecer, conhecer sua história e da sua família é fundamental para a criança pequena, sendo assim concluímos que é na educação infantil que a criança deve se empoderar de quem se é, do seu corpo, suas raízes e heranças, para que nas próximas gerações tenha pertencimento da sua trajetória e avance em passos de resistência.

Concluo ainda que, para o estabelecimento da lei deve ser destinado materiais diversos em favor da cultura afro-brasileira. Particularmente, para a rede municipal os livros para professores e didáticos devem respeitar a realidade da comunidade em que se está inserido, assim como devem mostrar por meio dos seus relatos e imagens que são diversos e atendem a demanda racial, em favor da não discriminação.

Por fim, encerro acreditando que, somente o trabalho coletivo será capaz. Ideais sozinhos, são apenas ideias soltas. Para que o trabalho seja efetivo na EMEI Palmeiras e garanta a aplicabilidade da Lei 10.639/03 é necessário unir forças, histórias e experiências, que, ao longo das formações e reflexões nos levarão para novas práticas e atividades antirracistas.

11.REFERÊNCIAS

AROEIRA, Maria Luísa C; SOARES, Maria Inês B; MENDES, Rosa Emília A. **Didática de pré-escola**. Vida Criança: Brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996, p. 167.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero á seis anos na educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 1995

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Volume 1. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1: Introdução; volume 3: Conhecimento de mundo.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 8.069,13 de julho de 1990.**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de jun.1990.

_____. Resolução CNE/CEB nº05/2009, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-**

2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017^a.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais para A Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

CORDI, Angela. **Pé de brincadeira: pré-escola: 4 e 5 anos e 11 meses: livro do professor da educação infantil/** Angela Cordi; ilustrações Beto Zoeliner...et al.. - Curitiba: Positivo, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (2002).

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 No 23.

GOMES, Nilma Lino(Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003.** Brasília: MEC, UNESCO, 2012.

12. ANEXOS

Transcrição de áudio do primeiro encontro:

Camilla: Colegas, bom dia! Convido vocês a participarem do meu plano de ação do LASEB. Realizaremos algumas rodas de conversa em formato de entrevista. Peço licença para gravar as nossas conversas e realizar intervenções sobre elas. Faço parte do curso: Educação Diversidade e Intersetorialidade (EDI) e pesquiso sobre a aplicabilidade da lei 10.639/03, juntamente com a BNCC e o livro didático escolhido em nossa escola por meio do (PNLD).

O meu foco da pesquisa é a nossa escola. E aí ao longo dos slides eu vou fazer algumas perguntas para vocês mas vou deixar vocês falarem mais do que eu falar. Então eu vou tentar inserir vocês naquilo que eu estou pensando para vocês me falarem também, se aquilo que eu imaginei para esta pesquisa é interessante ou não, e depois vocês vão me falando o que vocês pensam sobre algumas perguntas que eu coloquei no slide.

Então a primeira coisa, pensando no meu título é se pra vocês é necessário o ensino da história cultura afro-brasileira dentro da educação infantil. Aí eu coloquei assim mas especificamente dentro desta escola que é o nosso lugar de trabalho. Então, a Neide já trabalhou em uma outra escola, a Mercês é de uma outra rede, a Tati também tem diversos percursos até na universidade então eu queria saber o que vocês acham disso. Se vocês acham que é necessário, que é importante, não é tanto, aqui na escola é importante ou não é, o que vocês pensam disso?

Cláudia: Olha eu acho que sim, é necessário sim. Só que é igual você falou né, ainda não implementaram isso né. Na verdade a gente tem isso no papel mas na pratica mesmo.

Julia: a gente mesmo não tem muito conhecimento né, a respeito disso. Acho que vem da gente mesmo, a gente não tem essa formação. É muito pouco, muito raso geralmente, de conhecer realmente a história para poder dar aula. Eu acho muito importante, por causa desta questão da ancestralidade, de origem, de conhecer mesmo a sua história. Fica um pouco desta impressão de que Brasileiro tem uma

história importada da Europa, dos Estados Unidos, fico pensando a minha ancestralidade eu não sei, não tenho a menor ideia.

Cláudia: parece que a gente não tem origem né?

Julia: sim, exatamente

Cláudia: a gente é uma mistura de todos os povos, então a gente não sabe qual que é a nossa origem.

Camilla: quem é a gente né?

Mercês: mas essa é a lógica que foi construída ao longo do século. A visão de que o povo brasileiro, que seria o indígena, não é o indígena, ele é o português, acabou dominando. Então a cultura indígena ela é até mais negada ainda do que a cultura afro brasileira, mesmo existindo uma lei para ela. Porque a gente quase não toca no assunto. E é uma questão que foi apontada tanto neste núcleo de estudo e até mesmo a minha orientadora falou assim: -Mercês, a questão indígena a gente acaba não abordando e ela faz orientação e trabalha muito diretamente com os indígenas na FAE. E ela falou: então você vai ter que delimitar, em algum momento você vai falar, e agora com o Raoni (boneco indígena que faz parte da proposta pedagógica da sala) na sala eu consigo ter mais esta ligação com esta questão da cultura indígena, ta mais próxima dos meninos, mas é algo que ainda está muito distante pra gente construir, fugindo do estereótipo, porque o que a gente da conta muito de fazer é construir estereótipos, é construir uma mostra cultural focada na diversidade e reproduzir todos os estereótipos que a gente aprendeu desde a nossa infância e da infância dos nossos colegas que é até anterior a nossa infância e ai a gente vai e reproduz. A questão do indígena que está só lá na mata, a questão do africano que só consegue lembrar dele como escravo. Não consegue tirar ele desse lugar. E a gente também não consegue transmitir para as crianças um olhar diferenciado. Que acaba que é muito complicado. Você não vê as vezes o mesmo tratamento que é dado para uma criança branca para uma criança negra. E não é porque a pessoa está fazendo aquilo de caso pensado, alguns são; outros é porque é tão construído na nossa cabeça, que a gente não consegue fazer diferente. Para fazer diferente,

tem que ser muito treino. É a gente treinar o que a gente até está pensando. Porque a gente aprendeu muita coisa negativa com relação ao negro e ao indígena. O tempo todo na história. Na história, vamos dizer assim, oficial do país. E agora a gente vê, o movimento negro, tem muitos anos isso, mas agora está mais em pauta, e chegando mais pra gente essas discussões, a gente acaba tendo também a corrente do mimimi “a não mas eles estão se colocando o tempo todo como vítimas”, e a questão não é mostrar que é vítima, é questão de mostrar que resistia. Foram vítimas de várias atrocidades ao longo de 300 anos de escravidão, mas o tempo todo tinha uma forma de resistir. Nem que fosse uma resistência que eles acabam virando capataz para perseguir os próprios companheiros, mas eles resistiam de alguma forma. Então é essa história que a gente precisa resgatar, e a gente não da conta de resgatar.

Camilla: e ai assim, acho que vocês falaram no geral né, acho que pensando em todos os conhecimentos que a gente tem, e fazendo um recorte bem pequeno da nossa escola vocês acham que na nossa escola ainda falta muito pra gente chegar nisso que vocês estão dizendo pra mim? Pensando principalmente assim na experiência que vocês tem nos outros lugares.

Cláudia: até nos outros lugares, eu acho que a educação em si ela falta muito crescer nisso, e a nossa escola muito também, porque eu acho que não é um crescimento só meu ou da Mercês, de um grupo pequeno, teria que ser um crescimento geral, da escola em geral, um pensamento que fosse voltado para isso, no cotidiano, não parar em uma data específica, mas no cotidiano, a gente não tem essas mudanças. Então eu acho que teria que ser mais efetivo. Eu penso que tem que ser mais efetivo.

Camilla: ai você fala em relação a formações, a Mercês citou a Mostra Cultura que já aconteceu, você fala em relação a projetos?

Cláudia: projetos, a formação da gente mesmo teria que ser voltado para essa ideia de que a gente tem que construir essa cultura diferente, pelo menos na escola. Se a gente conseguir mudar as crianças na primeira infância, que é o que a gente atende aqui, seria muito mais fácil de você ter um adulto com mentalidade diferente. Agora

se você pegar um adolescente, uma pessoa que já está com a mente, com as ideias mais consolidadas, mais firmes, você mudar uma criança fica muito mais fácil. Você conseguir fazer com que uma criança tome consciência disso seria uma maravilha, mas teria que começar com um grupo e não só com um, ou meia dúzia de professores.

Camilla: ter uma mudança de professores para depois ter uma mudança de alunos né? Mais alguma sugestão em relação a isso? Do que que a gente poderia fazer?

Mercês: Eu percebo, na verdade eu percebi quando eu fui fazer as oficinas, que acabou que eu parei no meio do caminho, porque eu acabei focando no meu trabalho e no seu (Cláudia), que ao longo do ano a gente vem trabalhando de forma bem pontual sobre estas questões, do negro, da diferenças das diversidades. É que não tem o interesse. Você marca, você chama as pessoas para uma formação e as pessoas acabam não comparecendo. Éramos 5 no primeiro e depois ficamos 3 e eu falei não, não vai fluir da forma que eu pensei. Fiquei extremamente chateada. Achei que era uma proposta bacana, que todo mundo ia se envolver e tudo, mas ainda existe uma necessidade, no primeiro momento, de ser quase uma obrigação. Não é o projeto da Mercês que vai dar conta disso sozinho. É um projeto que vai ter que ser da direção da escola.

Cláudia: Institucional. Não é da direção da escola. É criar dentro do PPP mesmo. A gente não tem um PPP? O PPP que voltasse para isso.

Mercês: Porque aí, com o passar do tempo, o horário vai ser direcionado. Tal dia na semana todo mundo vai se reunir, em determinado espaço e vai estudar o tema que está sendo proposto ali. Porque ai vai criar aquele hábito, as pessoas não vão ter muito pra onde e quando fugir, porque o horário de 7:00, 7:30 é horário de estudo coletivo então por mais que vão estar mexendo no celular mas elas vão estar ali naquele momento. E ai que vai começar. De início, vão ser trabalhos pontuais. A gente não vai ver esse crescimento na EMEI inteira. Tanto que quando a gente focou, quando teve a mostra da diversidade, a diversidade partiu pra uma serie de locais e que quase nada via a questão do negro e do indígena. E quando via, via a questão estereotipada. Que é como eu falei, mas é pra fazer essa desconstrução, é

pegar um texto mesmo que simples, um texto mais curto da Nilma, um texto dos que a gente trabalhou no Laseb, um vídeo, tipo aquele que eu passei, que é um vídeo curto mas que te faz refletir sobre as coisas e fazendo esse processo com o grupo. Quem tem o pensamento mais rígido, não vai mudar de imediato e pode ser que nem mude. Mas quem já tem uma tendência a seguir o fluxo, a buscar novidade, um vai contaminando o outro. Como a gente é um grupo extenso e que mais de uma pessoa passa na turma, se o regente não faz mas o apoio faz, a gente consegue atingir de alguma forma. Ou ao contrário, se a regente faz o tempo inteiro mas o apoio não tem esse olhar, o menino vai ser atingido de alguma forma. Então se a gente conseguir que pelo menos um terço do grupo faça, tenha essa mudança de postura as coisas vão começar a caminhar mais.

Camilla: e aí eu vou passar um vídeo para vocês, eu não sei se vocês conhecem, é o THE TEST DOLL EXPERIMENT, é um experimento sobre o racismo na infância. Ele foi criado em 1939 e até hoje ele é reproduzido em diversos países, no youtube, se vocês tiverem interesse de procurar tem de vários países mesmo, tem desse ano, do ano passado, de 9 anos atrás e eles são muito parecidos. E a ideia desse vídeo é a gente entender qual que é a imagem que as crianças negras tem de si mesmas e começar a refletir, como que a gente tem que levar, tudo isso que a gente vai ver um pouquinho, pra nossa ação na prática, na sala de aula. Porque eu acho que quando a gente mexe com a questão da autoestima, é uma questão muito séria e a gente tem que cuidar disso com uma atenção muito maior do que a gente faz hoje. Então eu escolhi um vídeo na verdade que é o mais curto. Nem foi pela questão de ser o mais atual, é o mais curtinho mesmo. Ai vou colocar pra vocês verem. Eu lembro que vi este vídeo a primeira vez na minha graduação, e foi uma das poucas coisas que eu tive para refletir sobre o racismo e o preconceito, então pra mim ficou muito marcado e depois, ao longo desse tempo no Laseb, quando eu comecei a conversar com o Juarez, e eu lembrei desse vídeo, e ele também já conhecia e a gente achou que seria interessante pra fazer um recorte maior, da gente aprofundar e refletir. Então hoje vai ser com crianças italianas e ele é bem curtinho. VÍDEO

Camilla: e aí assim, eu trouxe esse vídeo, e como eu disse ele é um teste, ele é feito com algumas perguntas, são sempre as mesmas perguntas e a criança pode responder com o que ela quiser: sim, não, nenhuma, todas, não quero responder. E

tem outros vídeos em outros idiomas que tem crianças que falam nenhuma, as duas, ou não sei, mas nesse vídeo as crianças em nenhum momento falam que nenhuma ou são todas, e aí assim, eu queria que vocês falassem um pouquinho o que vocês pensam sobre essa questão de desde cedo a criança já ter essa auto estima negativa dela mesma, que é uma construção que ninguém disse pra ela né, ela foi vendo isso ao longo dos espaços que ela percorre, mas uma coisa que me chama atenção aqui, principalmente do menino, que no início ele começa muito feliz, ele se identifica, mas depois ele fica com um semblante muito triste.

Cláudia: ele vê que ele é da mesma cor do bonequinho

Camilla: e eu queria que vocês falassem um pouquinho o que vocês percebem. São crianças de 6 a 9 anos, então não são crianças assim né, talvez alguns na sala de vocês poderiam estar neste teste mas a maior parte dessas crianças já estariam no ensino fundamental. O que vocês pensam, se a gente poderia antes do ensino fundamental a gente conseguiria fazer algo aqui nesta escola, na educação infantil especificamente para gente conseguir cuidar dessa auto estima dessas crianças. O que vocês pensam?

Mercês: A primeira coisa que a gente precisa pensar, é começar a trabalhar enquanto adultos dessa situação, é tentar barrar o nosso próprio preconceito. Porque a gente tem essa questão, esse distanciamento, algumas falas que a gente tem o tempo inteiro. Não sei se vocês lembram quando minha irmã veio no ano passado, ela saiu com uma série de apontamentos assim, ela foi falando, e eu fui falando assim é, quando a gente ta no meio, a gente acaba não vendo. Ela falou assim: Mercês, como que a professora chega pra criança e fica falando, pega no cabelo, que nunca tinha pego no cabelo, que parece, não sei se foi nuvem de algodão, algo assim: nossa, existe um cabelo assim? Dando esse tom a fala. E as vezes tem hora que a gente fala algumas coisas, que você acha que ta elogiando mas não ta. Que é uma coisa que alguém falou la no almoço com a gente, acho que foi Carla, que falou “é tão bonita mais é negra” ou quando a pessoa fala “nossa tem um rosto tão bonito mas é gorda”. São falas como essas que a gente acaba tendo ao logo do dia e da vida, que pra quem ouve, ela é negativa. Você acha que ta elogiando mas você não está elogiando a pessoa. E é começar por ai. E passar a

elogiar de verdade. Nossa fulano você está tão bonito, você não está bonito, você é bonito. Nossa que bonito você está com essa roupa, com esse cabelo. Nossa você fez um penteado diferente e reconhecer mesmo que vão ser estilos diferentes, que eu nunca vou chegar aqui com o cabelo liso. Mentira, se eu passar bastante produto químico eu consigo chegar aqui com o cabelo lisinho igual o da Neide. Mas que não vai ser o meu cabelo natural. Tem problema? Não, não tem. Mas ao mesmo tempo é algo que a sociedade impõe. Outro dia eu comprei o kanekalom pra trançar meu cabelo, porque é muito mais prático ter o cabelo trançado do que ter o cabelo de ficar cuidando todo dia. Ai eu cheguei de turbante na semana passada 2 dias, ai Davi vem e me pergunta: “Professora cadê seu cabelo black”. Ai eu falei uai Davi ta aqui mas eu to de turbante. Ai expliquei pra ele e ele já tinha me visto de turbante antes mas não na sequencia que eu tinha vindo a semana inteira. Então acaba que a gente vai dando mostras, a nossa identidade vai contaminando os meninos. A Cecília chega aqui muito raro com o cabelo amarrado, essa só chega com o cabelo pro alto e de laço. E o bacana que a família dela faz questão de colocá-la nesse lugar. Que o cabelo dela vai ser assim, que o cabelo dela é lindo, que ela ta linda, que ela é uma criança muito linda. E quando alguma criança faz algum comentário, ela já consegue também sair, da uma resposta, ou fala alguma coisa. E isso a não afeta.

Camilla: e isso está fazendo ela ficar mais fortalecida né?

Mercês: Sim! Porque ela chegou no ano passado, e era uma criança que nem falava. Ela chegou mais pro final e teve um crescimento muito grande do ano passado para esse ano. De fazer amizade, de estar com grupinhos de meninas ou de meninos, de brincar, desenvolver enquanto crianças. E tem sido muito bom. E isso que todas as crianças precisava passar. Ai nossa, como que ta lindo, vou fazer outro penteado bonito nesse seu cabelo. Principalmente, agora nós não vamos ter mais a questão da integral, mas a questão da integral que foi muito falado. Que é a questão dos corpos que as pessoas começam a olhar e achar bonito e feio, os bebes já começam a perceber isso, desde muito pequenos, que se tiver um branquinho chorando e um negro chorando, o negro nunca é acudido primeiro. E isso foram relatos que os professores vieram trazendo pra gente la na FAE e as colegas foram relatando, quem trabalha em berçário, que lá tem muita gente da

educação infantil, que realmente é assim que acontece. É algo que é mecânico, é o racismo que estrutura mesmo a sociedade, que você já nasce com ele praticamente dentro de você. Que as atitudes das outras pessoas fazem com que você tenha as mesmas atitudes, fazendo você ter a mesma atitude.

Cláudia: Eu lembro de uma escola que eu trabalhei, que tinha uma menina muito linda, branquinha, muito bonita mesmo, com aquele traço de criança eu europeia, nem brasileira ela tem. E essa menina rodava a escola inteira o dia inteiro no braço dos funcionários que eram da administração, eram da cantina, ela era a única criança do berçário que saía do berçário. As outras crianças ficaram o tempo todo, a escola queria mostrar ela pra todo mundo, era a bonequinha de luxo. E aí a gente vê isso muito mesmo. Agora eu penso que a gente tem que identificar, o que realmente a escola tem feito favorável e desfavorável pra desconstruir. Porque se você não souber qual é o problema como que você vai combater o problema se você não sabe o que é. Então, se tem preconceito na escola, qual é o preconceito que existe? É o preconceito com relação a cor, é o preconceito com relação a religião que a criança segue? Alguma coisa assim, eu acho que tem que ser estruturado. Porque não adianta você querer combater algo que você não conhece. E a gente sabe que na escola a gente passa por alguns problemas de preconceito mesmo, até da gente mesmo, a gente tem que trabalhar isso quando a gente olha pra uma criança. As vezes uma criança tem muito problema, você acaba tendo muito preconceito com aquela criança de não querer nem chegar perto dela. Você toma giriza daquela criança né, não tem como, você é ser humano então você tem que desconstruir aquilo pra você conseguir se aproximar da criança. Então eu acho que a gente tem que identificar, sabe? A gente vê essa situação com a gente dentro de sala. A criança que da problema você não quer chegar perto dela, você tem vontade de não ficar próximo. Então é pra desconstruir mesmo. Na minha turma, vamos pensar, será que eu tenho preconceito. Igual a Mercês falou, as vezes a gente faz algo tão inconsciente, então seria a hora, já que a gente vai fazer um trabalho voltado pra isso, identificar algo que você faz, se você poderia fazer diferente. Eu tenho um caso na minha família, da minha sobrinha, ela é negra, minha mãe é negra, um pouco mais clara que a Mercês, com os traços de negro e os meus irmãos são brancos mas de cabelo encaracoladinho, não to sendo preconceituosa não só to falando deles. E o meu irmão casou com uma pessoa negra e os filhos

todos são negros. A menina foi pra escola, e há pouco tempo disse “mãe você num tem um jeito e me mudar não?” e ela perguntou, mas porque você quer ser mudada? E ela disse “mãe a minha colega disse que não vai ficar perto de mim porque eu fêdo. Eu fêdo mãe. Eu não posso ficar perto de ninguém porque eu fêdo”. Ai fomos saber era mesmo, estava existindo dentro de sala e a professora não tinha falado nada com ela. Mas a professora já tinha visto esta situação. E ai a gente foi, ela tem mesmo um cheiro mais forte, até por causa do suor dela, e ai foi ao médico, foi pesquisar o que podia ser feito, e é uma criança que vive no banheiro querendo tomar banho. Ela já levanta querendo ir pro banheiro. É aquela criança que ficou com aquele trauma daquilo que acha que tem que ficar toda hora tomando banho. Então são práticas que agente mesmo como professores tem que intervir. E ver o que eu realmente to fazendo pra aquilo ser efetivo na minha sala. Porque as vezes a gente nem toma consciência né a gente vê a criança brincando e xingando o outro e fala deixa isso pra lá, eu falo mesmo, vai pra lá, para de brigar por causa disso, vai pra lá. Então, identificar e tomar uma atitude.

Camilla: eu acho que é ver, observar mas ver mesmo né, o que está acontecendo. Porque as vezes a gente consegue ver. A gente tá vendo, mas deve estar atuando. Não passar por aquela situação só olhando né, mas fazer uma intervenção.

Julia: Eu acho que depois do relato da Mercês sobre a Maria, a gente vê que é importante essa construção, que é um processo assim que deve ser a vida toda né, não é só um projeto localizado que vai dar conta disso, não é uma data específica, de trabalhar aquilo num ano só, não é só um projeto, é uma construção mesmo e tem que ser um processo constante né, pra gente da conta disso ai. E ai pra chegar na concepção da Maria.

Camilla: eu fico muito grata de estar muito próximo da Mercês, porque eu vejo este tipo de coisa e eu aprendo muito com as coisas que ela fala com a Maria. Eu já te falei isso algumas vezes principalmente porque as vezes, algumas coisas que ela vai sentir na pele, talvez eu não vou sentir e se eu não ficar próxima dela e pegar a dor dela e trazer pra mim, eu não vou conseguir entender. Então eu acho que a gente tem que fazer esse movimento de olhar pra quem sofre muito isso na pele, sofre uma coisa muito mais descarada e falar assim, as vezes é minha amiga, pode

ser meu colega o menino que ta na minha sala, se eu não fizer esse movimento de sair de mim, pra eu conseguir ver, as vezes a gente vai passar despercebido mesmo. Então assim, eu fico muito grata porque eu vejo as coisas que a Mercês conversa com a Maria, eu vejo a forma dela falar com ela e fico assim gente isso pra mim é um aprendizado pra eu poder falar com uma filha minha, com minha aluna, com alguém da minha família, e eu vejo que nestas ações que ela faz eu também me torno mais empoderada, eu também me torno um ser humano melhor, de conseguir não deixar isso passar despercebido, de pensar em algumas coisas que eu falava antes que eram muito estereotipadas falar não, eu não posso falar isso mais, não é isso que eu quero falar. Então as vezes eu fico muito quieta observando assim, porque eu fico com medo mesmo de falar uma coisa que não é pra falar.

Julia: eu ia falar isso, a gente tem muito medo de falar, assim né, de acabar reforçando o preconceito ao invés de combater, sei la qual seria a palavra. E a gente fica com muito cuidado, em relação ao que você fala, se você vai ofender. Porque já foi tão negativado a vida toda, tudo a respeito assim do cabelo, da cor da pele, dos traços, de tudo, que a gente fica até com medo de falar que vai estar associado a esta carga negativa que já vem de cultura.

Camilla: e isso também tem uma interferência de toda cultura que a gente vem sendo colocado numa caixa né, então acho que isso também é utilizado pra gente não falar, não questionar, então acho que isso é uma forma de podar a gente, da gente não conhecer a nossa própria história, eu acho que tem algumas mídias que são negativas com relação a isso, dependendo do que você fala pode soar como diferente, e também pensar que hoje eu to fazendo esse movimento, eu vou fazer uma vez e posso errar, e posso refazer, refalar o que eu fiz, e posso refalar minha frase, ou pensar de novo mas esse medo que a gente sente, eu acho que muita gente sente, eu acho que também é usado contra nós. Eu acho que é muito difícil assim. Talvez por isso que a gente esteja num ponto de ter uma lei, esse lei não ser implementada porque a gente não sabe como fazer, e enquanto a gente não errar muito, a gente não vai saber a formula certa talvez.

Mercês: e sair do lugar que é mais cômodo né, porque algumas questões, principalmente que envolve a história da África, as pessoas conseguem levar muito

mais pro lado só da religião, que acaba sendo o caso da nossa própria história. A maioria das nossas festas, feriados, datas são focadas na religião, mas como a religião africana é vista como má, como ruim, como algo que a gente não deve nem falar, nem se envolver, as pessoas não querem fazer. Então a gente vê uma corrente muito forte: “mas como que eu vou falar sobre isso, é religião, não pode”. Pode, a gente pode falar sobre qualquer religião dentro da escola. A gente não pode é privilegiar. Eu não posso é ficar falando que determinado dia é dia de santo tal porque nossa escola não é confessional, mas se eu abordar de uma forma para ter conhecimento, porque o conhecimento é que move, se eu conheço eu sei o que significa cada um dos orixás ou o que significa cada um dos rituais seja da igreja católica, da evangélica, do candomblé, da umbanda, eu não vou mais ter medo. Eu não vou mais demonizar aquilo, até porque não tem essa questão do lado das religiões de matrizes africanas, é uma construção europeia, que a gente trouxe e quer colocar ali naquele lugar que não cabe. Se eu passo a conhecer, não gente não vai ser problema falar sobre isso não. Eu falar esse nome, não, não vai trazer problema nenhum e diferença nenhuma pra minha vida. A mesma coisa se você ouvir falar de um santo ou de alguma questão de outras religiões, budismo e tal, não vou trazer nada pra minha vida. Mas eu preciso conhecer porque se surgir algo dentro do meu trabalho ou que algum aluno traga, eu não demonizar. Há um tempo atrás, foram duas situações, uma com o cantor Xande do Harmonia do Samba e a outra acho que foi com Simone e Simária que foram cantar em programas músicas que falavam da questão do Candomblé, de Iemanjá eu não lembro quais eram as músicas, que não são músicas conhecidas aqui por nós do sudeste mas lá são extremamente conhecidas, e eles se negavam a falar, esse tipo de atitude, uma que ficou muito feio, porque eles podiam ter falado assim, não vamos cantar uma outra música então que não fala, ao invés de ficar só calado e fazendo mimica na música que ficou feio ou ter tirado do repertório do show, como o show do Xande sozinho, não, não vou cantar essas músicas porque agora sou de uma outra religião. Mas a gente enquanto professor não pode falar isso, porque a gente tem além de uma lei, tá dentro do currículo, então a gente tem que trabalhar todas essas questões, tem que buscar o conhecimento se ele não veio da faculdade a gente tem que correr atrás, porque a formação continuada que a LDB prevê, que a constituição prevê pra gente, a gente não é remunerado pra isso, mas dentro do nosso trabalho tem. Porque se o médico pensasse assim, não, só vou tratar pessoas que professam a

mesma fé que eu, ele ta ferindo o juramento dele e a gente vai acabar ferindo o nosso também. Porque a gente tem que fazer esse movimento de trabalhar com todas as culturas.

Julia: e até ter uma mobilização maior nossa né, sair do comodismo, igual você ta falando que você aprende muito com a Mercês assim, a Mercês trabalha isso o tempo todo aqui mas a gente fica tanto cada uma na sua caixinha que a gente não aprende com esse contato com essa proximidade. A gente vê algumas coisas mas não aproveita realmente o que o outro tem pra ensinar pra gente. Fica cada um no seu quadradinho no seu cantinho.

Camilla: e acho que é isso né, eu vou entrar pro meu quadrado e vou fazer aquilo que eu tenho que fazer, e eu que sei.

Cláudia: é muito mais fácil muito mais confortável você trabalhar tradicionalmente falando. É muito melhor.

Mercês: e a gente viu isso esse ano né Neide, porque a gente teve um deslocamento muito grande do tradicionalismo que a gente já trabalhou em outros anos para esse ano.

Cláudia: saiu do que é confortável pra ter que trabalhar outras coisas, senão você vai vivendo sem mudança. Acho que se você fica só no confortável você vai vivendo sem mudanças e chega uma hora que você tem que sair. Pensar opa, tem que mudar alguma coisa nessa situação, será que eu vou continuar fazendo do mesmo jeito, deixando a criança sair daqui que já passou por mim e não fez diferença nenhuma. Não fiz diferença nenhuma na vida dessa criança. Então acho que a gente tem que fazer.

Julia: Eu acho que o problema maior ta aí, nesse comodismo.

Cláudia: é da gente ne, porque é muito mais fácil, ah você tem um livro la você pegar alguma coisa lê e pronto, por aquilo lá e pronto, mais fácil. Você ir no computador tirar uma cópia de uma atividade de dar e pronto. Não importar com o que tem ali nem nada. E as vezes a gente tira umas que a gente vê que não ta

vendo dentro de sala, porque vou dar isso, mas a gente da assim mesmo porque é mais cômodo. Então a gente tem que sair, porque igual eu tava falando, é o nosso trabalho, nossa vida, a gente passar muito tempo aqui pra não ser, não fazer mudança na vida de ninguém.

Camilla: aí eu trouxe a lei pra vocês, 10.639/03, que é o artigo 26, que fala que nos estabelecimentos dos ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre o estudo da cultura afro-brasileira. No primeiro inciso fala sobre o conteúdo programático e no segundo inciso vai falar que os conteúdos podem ser ministrados em todo currículo escolar em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. E ai essa lei ela não vai citar a educação infantil, especificamente. Mas quando a gente pega a LDB ela fala que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, por tudo que a gente já conversou aqui que acho que é o raciocínio que a gente faz de que a educação infantil é de fato a primeira etapa, é onde a gente concretiza muitos valores, onde a gente começa a fundamentar aquilo que a criança, não só vai acreditar, mas o que ela vai refletir né, muitas vezes inconsciente ou conscientemente, a gente pensa que é necessário que o estudo da história da cultura afro inicie sim, na educação infantil. Então é nessa perspectiva que eu estou pensando de que a gente não tem uma lei que é voltada para educação infantil mas a gente tem uma LDB que a gente precisa garantir isso que a educação infantil ela é a primeira etapa e a gente tem que começar a fomentar isso de uma forma bem concreta, de que é sim, de que a gente está aqui para lutar por isso, de que a gente vai trazer alguns elementos que as vezes no ensino fundamental eles já estão muito a frente daquilo que aquela criança já viveu, as vezes ela já sofreu vários processos de racismo, várias situações que ela não soube como lidar, e ai quando chegar la a gente já perdeu muito tempo que ela poderia ter sido ajudada, ter sido fortalecida. Então, é nessa linha de pensamento que eu to indo. Vocês concordam com isso:

Cláudia: Sim

Julia: Sim

Mercês: então uma coisa que eu vejo e pra mim é muito complicado, porque como

eu trabalhei mais tempo no fundamental do que na educação infantil, é no fundamental a linguagem que a gente vai abordar com os meninos é muito mais fácil. Até pela questão deles já terem vivido algumas situações, de ter a questão do currículo, da questão da escravidão dessa construção do povo brasileiro, mas a gente tem mais tranquilidade para trabalhar. Eu via muita dificuldade, ainda vejo, tem algumas questões que ainda não conseguia encaixar na forma de trabalhar da forma que eu queria, que é de colocar mesmo ao longo do ano inteiro, desde fevereiro até dezembro trabalhar estas questões, sem ser por projetos. Ah tem uma história pra contar tem uma atividade pra fazer, ah vou pegar esse livro aqui porque ele já faz referência a África ao negro, as vezes nem a África e sim mas já tem aquelas crianças negras ali que estão num lugar de destaque. Porque também não adianta pegar só as que estão em lugares subalternos, tem que pegar as que estão em destaque pra criança se espelhar naquele destaque, numa situação boa, porque o ruim ela já tem o tempo inteiro, as vezes a própria vida dela não é tão confortável assim. E aí quando eu faço essas conversas com a Maria, que eu vou apontando pra ela, porque agora ela consegue me responder, que o talento dela é ser negra como a família, é porque em vários momentos, tanto eu vou reforçando, mas meu pai, minha mãe, minha irmã, e aí eu vou falando com ela das pessoas ao redor. E se eles não tem esse ao redor, que tem uma projeção boa, eles precisam ter pelo menos de fora, precisam ter, seja uma professora, um artista, um colega, alguém que eles veem que está ali destacando.

Camilla: que é a representatividade né.

Mercês: é, porque se não eles vão ficar só naquele olhar, a gente só vai dar conta de chegar até nesse ponto. Então pra que que eu vou fazer mais.

Camilla: se eu não vejo nenhuma história que eu me sinto representava, quando eu abro meu livro não tem nenhuma foto que eu me sinto representada, eu ligo a televisão os desenhos que eu vejo não tem nenhum que eu me sinto representada. Eu acho que vai bem por esse caminho né, quando tem o The Test Doll, ninguém disse pra aquelas crianças mas elas viram aquilo o tempo todo, e aí é visto de diferentes formas eu acho que principalmente os desenhos infantis hoje ainda estão muito aquém, porque a literatura tem começado a se mover mas os desenhos

infantis pelo menos eu ainda não conheço, depois se você conhecer alguns desenhos e puder falar.

Cláudia: mas eu acho que uma coisa que a gente reclamou, eu coloquei no meu pedido lá de materiais para a biblioteca, livros que represente a cultura negra, porque a gente não tem na escola, principalmente aqui. Lá em Nova Lima eu até trouxe alguns aqui pra escola, a gente recebeu um kit voltado pra essa lei, da cultura africana, de como que é, livros, histórias, então a gente teria que ter aqui.

Mercês: a gente precisa tanto de livro pra formação nossa, quanto livro pra apresentar pros meninos essas histórias.

Camilla: Sim

Julia: tem aquele desenho que você comentou, da doutora brinquedos, ela é negra né?

Mercês: é, ela é médica.

Camilla: eu lembro sempre do Kiriku também, eu gosto dele.

Mercês: mas não é um desenho que passa, doutora brinquedo passa não sei se só na TV aberta, mas agora Maria tem visto uns que é das Winks, tem uma de cada, tem uma loira, que é a protagonista, mas tem uma morena, uma negra e uma ruiva, são quatro eu acho. E tem um outro desenho também, que tem o personagem mas acaba que não é o principal. Mas já começa a aparecer nesses desenhos mais recentes.

Camilla: um deslocamento né.

Mercês: é, agora eu fiquei assim, extremamente chateada, peguei o livro aqui achando que ia fazer uma coisa maravilhosa: "Minha princesa africana", aí começo a ler o livro, que a princesa africana era branca tinha sardas e o cabelo ruivo. Fechei o livro e nem sei o que aconteceu da história. Como assim gente?

Camilla: o que?

Cláudia: princesa africana com sardas e ruiva?

Mercês: não que não tenha na África, mas o que a gente esperava é um livro totalmente diferente.

Camilla: e ai eu trouxe a BNCC também, esse é um campo de experiência “o eu, o outro e o nós”, a BNCC a ideia é mesmo que a gente não tenha isso efetuado aqui na escola, na rede municipal mas é algo que vai chegar, a gente sabe disso, e pensando também que pela primeira vez a gente recebeu um livro didático para professores e esse livro didático já está de acordo com a BNCC. Então quando a gente fala que não tem materialidade que a gente não tem livros nem pros professores nem pras crianças, chega esse suporte, e ai a minha ideia é também pensar se esse suporte que chegou ele está minimamente atendendo a expectativa da gente, de acordo com a BNCC, de acordo com a lei, que ele precisa garantir a lei também e pensar que o campo de experiência, logo no início ela fala da interação com os pares e adultos as crianças vão descobrindo o modo certo de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes com outros pontos de vista. No finalzinho fala assim, na educação infantil é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais que podem ampliar o modo de perceber a si mesmo e ao outro. Eu acho que é um pouco do que a Mercês falou, sobre a questão da religião né, não to dizendo qual é a melhor religião, mas descobri qual que é aquele meu outro colega, qual é a outra religião, do que aquilo que já está naturalizado, porque a gente tem os feriados que são católicos e isso de certa forma já é exposto, se outras coisas não são relatadas eu acho, uma coisa que eu pelo menos não vejo muito aqui mas a gente sabe que acontece, em muitas escolas, é as vezes fazer uma oração citando Deus, é fazer uma música apresentada falando sobre Deus, falando sobre anjo, isso eu não vejo muito aqui, algo que a gente já consegue cuidar. Mas muitas escolas municipais a gente sabe que isso acontece, que tem orações, então assim, da gente pensar que não é só isso que existe né, se eu tenho espaço pra isso eu tenho que ter espaço pra tudo, se for o caso.

E aí eu trouxe uma charge, que é sobre o racismo e queria que vocês falassem um

pouquinho dela. Se essa figura realmente atende aquilo que a gente pensa sobre racismo ou não.

Charge 1

Julia: Tem um brotinho ali?

Mercês: Foi cortado?

Cláudia: a gente acha que ele foi cortado mas ta enraizado

Charge 2

Camilla: Enraizado. E a gente o tempo que todo fala que não, não existe racismo, não, não existe preconceito, o Brasil já está muito a frente disso, não nessa escola não existe preconceito.

Mercês: ele foi chicoteado não porque ele é negro, ele foi chicoteado porque ele roubou. O fato dele ser negro não tem nada a ver, só que se a gente para pra pensar, lógico que se fosse um cara branco roubando ele não teria sido chicoteado. Um amigo de uma amiga minha ele trabalha na praça la do Tirol, la perto de casa, ele é policial, trabalha nessas bases móveis. Ai um dia ela tava la em casa e a gente foi lá levar comida pra ele e fomos conversando e tava contando das questões de abordagem policial, que não tem como mesmo, a mesma abordagem ser feita na periferia ser feita la no Mangabeiras, porque se ele chega no Mangabeiras falando com o pessoal: -perdeu, num sei o que, e tal, pra encostar pra fazer uma revista, que eles não vão nem entender o que eles estão falando, da mesma forma se ele fala: - por obséquio deixa eu ver sua mochila de uma forma mais, é, usando português correto, sem exageros, que as pessoas da periferia não vão entender. Ai a gente acabou começando um debate e eu falei: -ah vamos terminar isso em casa porque não vai mudar a forma dele de pensar. Ele ta no meio do furacão, dessa violência toda e ele acha que é isso que é o certo, que é isso que existe. Eu estava conversando com um amigo meu taxista, não mas esse povo fala de racismo, todo mundo que entra no meu táxi eu desconfio, não tem que desconfiar mesmo, mas tem racismo. As pessoas vão olhar pra você enquanto negro de uma forma

totalmente diferente. Não, não vai, o povo que faz as coisas erradas, a menina que trabalha comigo, que é sapatinho porque ela é pequena, a gente chama ela assim, ela fica horrorizada de ver la na parada gay o povo se beijando de protesto. Tá cada um protesta de um jeito, mas não é isso que vai colocar o movimento em cheque, não é isso que define também todo mundo. Cada pessoa vai agir de uma forma diferente. Mas racismo existe, homofobia existe, isso não tem como negar. Não, estas pesquisas elas são falhas, eu trabalho na noite, eu sei muito mais do que as pesquisas estão falando. Beleza.

Cláudia: Aqui, sabe um vídeo de uma cabeleireira falando que ela entra no shopping, que ela fica com medo, que ela já explicou pro filho dela olha coloca a mão no bolso, não ande encostando nas gondolas, fique sempre perto de mim, falando com o menino. Ai eu fiquei pensando gente será que é assim mesmo, ai eu comecei a pensar, voltando para minha família de novo, meu menino é claro, alto, claro e o meu sobrinho também é alto e eles estavam no via, (Via Shopping) são adolescentes assim, estavam com 16, 17 anos. E foram fazer uma revista neles né, ele falou assim, mãe, eles jogaram o Junior na parede, eu o cara pediu: -encosta! Mas o Junior é negro, encostaram o Junior e tamparam ele na parede pra revistar. E o meu filho não. Eu falei: -mas o que você achou? E meu filho respondeu: -mãe é lógico que é por causa da cor dele, como que ele não fez isso comigo? Estávamos nós dois juntos. Se ele tava armado eu podia estar também. E aí a gente vê que as coisas são, e eu fiquei pensando, será que essa mulher não está pensando, mas não é, é que a pessoa vê as coisas, ela vive tanto isso que o olhar dela é esse mesmo, de ter cuidado com o filho né. Falou -oh, meu filho você entra no supermercado você não fica encostando em gondola não.

Mêrces: Tem um vídeo da Tais Araújo falando exatamente sobre isso, quando você para e pensa assim, gente mas é a Tais Araújo, o vídeo te faz chorar. Porque você fica pensando assim, gente, eu moro aqui, to na periferia sou gente como todo mundo, mas olha o que essa mulher ta colocando, é uma coisa muito forte, as falas da Tia Má também, ela é comentarista no encontro e eu sigo ela no insta e no face. Os vídeos dela, principalmente quando ela fala esta questão do filhos, são perfeitos. A Lua Xavier também é outra que eu sigo também, muito bacana os comentários dela.

Cláudia: essa mulher fez um vídeo dela falando como que ela faz com o filho, - quando você entrar você fica bem perto de mim, no lugar que você colocar a mão, se você colocar a mão no bolso, deixa a mão no bolso até a gente sair. Ela falou, eu não deixo ele comer nada, abrir pacote nenhum dentro do supermercado, só abre depois que a gente sair do supermercado, porque eu tenho medo dele ser abordado. Ai depois eu comecei a pensar sabe, nas coisas com os meus meninos, que eles andavam muito junto e chegaram e me contavam. Ele jogou o Junior na parede e sentou a cabeça do Junior na parede, e eu ele pediu pra pôr a mão na parede e o Junior ele saiu empurrando.

Camilla: e como esse é nosso lugar de privilégio também né. Porque a gente não vive isso assim.

Cláudia: Meu filho chorou, ele falou -mãe depois eu chorei porque fiquei muito triste por causa do Junior, fiquei com muita dó, porque ele foi muito humilhado, nós dois estávamos juntos o cara achou que ele tinha droga e tava armado e eu ele simplesmente pediu pra afastar. Então se a gente começar a se ver no lugar do outro a gente não vai agir da forma que as pessoa agem, mas é difícil se colocar no lugar do outro.

Camilla: mas é um movimento necessário.

Cláudia: tem que ter um movimento. É o que eu tava falando, se a gente não fizer um movimento não tem jeito.

Charge 3

Camilla: então esta charge é bem do racismo estrutural, como ele é enraizado na sociedade. E trouxe mais uma charge, que é do Junião também, falando sobre a invasão militar. "Achou algum elemento perigoso soldado, sim comandante, achei livros". Que aí são crianças negras também, que estão sendo paradas. O Junião tem várias charges que fazem essa movimentação pensando em como que a negritude é muito atacada, então eu trouxe essa pensando na questão dos livros que a gente já falou aqui, e pensando também sobre o elemento que a gente tem hoje, igual eu comecei a falar pra vocês. Então como suportes literários podem ser utilizados. Eu

trouxe algumas literaturas, tem uma menina linda aqui, lendo um livro, mas a ideia é pensar no Pé de brincadeira, que é o livro que foi disponibilizado pra vocês, se este livro garante alguma dessas coisas que a gente falou, se ele traz as crianças negras com representatividade, se essa crianças estão nesses livros, se elas tem um lugar, esse livro é nosso claro, pros professores, mas a gente já conversou aqui que primeiro a gente faz um trabalho conosco mesmo pra depois a gente conseguir falar pras crianças e se esse livro em algum momento ele vai conseguir atingir o foco da lei 10.639/03, pensando também na Base, no campo de experiência como um possibilidade de conhecer o outro. Eu trouxe algumas fotos dele, porque a gente sabe que este livro não é tão visto, eu tenho ele aqui mas eu tirei algumas fotos. Eu não sei se vocês recordam, que esta página é do livro.

Julia: não, não lembro. Isso tudo é página do livro?

Camilla: é, são duas páginas.

Cláudia: cadê a representatividade aí?

Mercês: não tem.

Cláudia: ela não existe. Poderia falar que este aqui é moreno, mas negro mesmo, não.

Mercês: do que a gente já trabalhou no livro eu e a Neide até fizemos duas atividades, né Neide.

Cláudia: acho que mais de duas mas foi bem no início.

Cláudia: eu não consegui perceber nada não. Eu folhei o livro bem e não vi essa página, você acredita?

Julia: Meu Deus, que absurdo! Como eu nunca vi isso?

Mercês: Algo que a gente também precisa repensar: -de que escolas são essas

fotos? -que lugar é esse?

Cláudia: Se formos pensar na Editora Positivo, ela é do sul, né... uma das regiões mais preconceituosas do Brasil.

Mercês: Já dá pra perceber né... não há crianças negras. Agora conta quantas professoras negras tem nessa escola do livro? (Nenhuma).

Transcrição de áudio segundo Encontro:

Utilizando o powerpoint e o livro didático:

Camilla: Então, a gente parou nestas páginas e estávamos conversando se estas imagens representam tudo que a gente conversou que é ter a representatividade, a criança negra também no lugar do protagonismo, ou se são só crianças brancas ainda. O livro não tem muitas imagens reais, as que tinham, eu tirei foto. E tem alguns desenhos também, ilustrações, nesta duas especialmente, que são uma das primeiras páginas, elas são logo no início, vocês acham que tem representatividade, vocês acham que...

Julia: Não.

Mercês: nem um pouco.

Cláudia: nada.

Camilla: também tem essas imagens. Essa aqui inclusive vocês tinham visto ela ontem né, aí a mesma menina ela tá aqui, também em um outro momento. Vocês acham que é o suficiente, ainda assim é pouco?

Mercês: Quando a gente olha a turma, uma que a turma é muito pequena, se comparado as nossas turmas aqui, e não tem uma representatividade, no conjunto. No conjunto não destoa.

Camilla: tem alguma outra relação que vocês fazem? Tipo o cabelo? Porque pra mim uma das coisas que eu observei foi o cabelo. Todos muito iguais e a menina que é a única que tá sendo protagonizada como criança negra, está com o cabelo preso.

Cláudia: é, e bem preso né. Passaram um gel assim, que está esticadinho.

Mercês: mas a questão do cabelo preso acaba que é uma coisa que é nossa assim, a gente precisa esticar o cabelo pra que ele fique arrumado. Nem todo mundo já se desprende da questão de deixar o cabelo livre e achar que ele realmente é bonito.

O que a sociedade está colocando para o cabelo crespo, é algo que não é de todo natural, porque cabelo crespo natural ele vai ficar realmente encolhido. Só que o que a sociedade coloca como cabelo bonito é o cacheado, o crespo ele ta meio que entrando nessa onda e eles querem que ele fique cacheado, só que ele nunca vai ficar.

Cláudia: é que tem o cabelo que cacheia e o outro que não né.

Mercês: mas o cacho é diferente.

Camilla: a curvatura, né.

Mercês: O meu cabelo cacheia. Mas pra ele cachear tem que encher ele de creme, amassar bastante e ir soltando ele bastante com os dedos.

Cláudia: tem gente que o cabelo não cacheia, a minha sobrinha mesmo o cabelo dela não cacheia. É aquele cabelo que é bem esticadinho assim, bem fininho, já é um cabelo mais fino, é diferente. E ai ele não fica legal nem mesmo alisado a força, ele não fica, você vê que ele é um cabelo que vai ser um cabelo pra ficar mais solto, que ele também não da conta de ficar preso, e ai as vezes a pessoa quer né, quer um cabelo cacheado, só fazendo aquele processo mesmo de escova que faz os cachos.

Camilla: é, tipo isso ai mesmo. Entendi a ideia.

Mercês: mas se ela encontrar o produto certo ela vai conseguir, porque eu consigo com o meu. Entendeu? Só que é um ramo ainda muito pouco explorado. E que acaba colocando todo mundo no mesmo barco. E que se você sai do barco por deixar o cabelo natural crespo também, você é visto como uma pessoa que não se empoderou do seu cabelo. Que é uma discussão que a gente viu na faculdade, você tem que seguir o padrão, e as vezes a pessoa não quer seguir o padrão.

Cláudia: mas acho que isso ai é uma coisa que é pra todos, porque para tudo tem

um padrão. Ah se você não é uma mulher magra, bonita, sem celulite você não está dentro da conformidade do que o povo deseja. Porque o povo vê na televisão e quer que o outro seja igual, seja aquela forminha.

Mercês: que todo mundo seja na verdade né

Camilla: mas é até o rótulo né.

Cláudia: então não só a questão da cor, é a questão da cultura mesmo. Das pessoas acharem do que tá lá na televisão não é um exemplo pra todo mundo.

Mercês: e na televisão você não vai achar os negros com o cabelo assim, vai achar com cabelo cacheado, muito bem tratados e por sinal quem tem condições financeiras porque também, não vai querer que uma família pobre cuidar de uma criança com um cabelo desse é difícil, eu acho que é porque, o meu cabelo por exemplo exige só um shampoozinho e condicionador, coisa básica, se eu quiser lavar até sem condicionador eu posso lavar.

Camilla: mas eu acho que é uma nova oportunidade também, financeira que ta rolando né. Tem a parte do engajamento, do empoderamento, mas tem a parte financeira que ta muito pesada agora, que tem vários produtos mas estes produtos são muito caros, pra você fazer tem uma série de coisas, como fazer.

Cláudia: ontem eu estava vendo uma reportagem de que o governo do Rio ta mandando absorvente para as escolas por causa da condição social, muitas meninas não tem condição de comprar e eu sinceramente eu lembro de que lá em casa eram duas e meu pai reclamava de comprar absorvente, não era uma coisa barata. Hoje já tem muitas marcas mas na minha época de adolescente não tinha. Meu pai reclamava demais de comprar porque, saia caro com duas meninas. Ai eu fico imaginando se não é verdade, se as crianças que estão nesse nível social baixo, tem mesmo condições. Pai vamos supor tem 3, 4 filhos, como que compra absorvente pra um tanto de mulher desse.

Camilla: ai vai comprar shampoo, creme?

Cláudia: são coisas que são caro, se você for colocar na balança, pra um pai que é assalariado não vai ter condições de comprar, uma família assalariada.

Camilla: e ai assim, também fico pensando a gente já fez essa discussão la na faculdade. Quando a gente fala assim há é diverso, porque é diverso? Porque tem uma criança negra? Então não e diverso.

Mercês: não é diverso.

Camilla: porque olha só nas outras fotos, as crianças estão muito semelhantes, olha só, a cor do cabelo aproxima, o cabelo liso, até o corte dos meninos, quando a gente olha de lado assim, ta parecido. Eu fiquei pensando assim, de que é uma criança mesmo né, que foi colocada.

Mercês: é uma na escola inteira.

Cláudia: tem que saber qual é essa escola. De qual comunidade pertence. Porque se formos fazer um apanhado na nossa escola, nas nossas turmas por exemplo, as vezes você não vai achar uma pessoa negra mesmo, vai achar uma pessoa mais próxima do negro, que o pai também não fala que é negro né, vai falar que é outra cor mas não vai falar que é negro. Então a gente tem que ver, de qual comunidade é essa escola?

Camilla: eu acho que é interessante isso que você falou mas pensando também assim, quando essa editora faz esse livro, ela ta concorrendo para uma licitação para o Brasil inteiro, ela não se importa com isso também, se esse livro vai lá pro Nordeste, se esse livro vai la pro Vale do Jequitinhonha, várias vezes até para um bairro aqui de Belo Horizonte que atende a maior parte das crianças negras. Quando elas olham isso aqui não é a realidade. Se não é a nossa, imagina para outras escolas. Então, como que essa empresa, didática mesmo, essas editoras também estão no mercado concorrendo e não estão preocupadas com isso.

Cláudia: e também temos a questão da lei né Camilla, se a lei não foi efetivada na escola, você acha que a editora está importando?

Camilla: não.

Cláudia: se o próprio MEC não cobra isso, porque o MEC viu esse livro...

Camilla: deveria cobrar.

Cláudia: Ele não viu esse livro para poder passar para as escolas? Então ele foi escolhido ne?!

Camilla: sim.

Cláudia: então aonde o MEC está que ele não viu estas imagens, tá aí uma abordagem que a gente tem que fazer?

Camilla: tem essas duas imagens que são de crianças indígenas.

Julia: tem o estereótipo também né.

Camilla: tem o estereótipo.

Julia: Relaciona o indígena quando aparece a pepeca ali.

Mercês: e eles não estão na escola.

Camilla: ótima observação!

Mercês: não na mesma escola, que filmaram eles brincando na rua, né.

Camilla: construindo um brinquedo

Julia: Parece que precisa de puxar um assunto também, então aparece a pepeca, aí aparece a criança indígena.

Camilla: e também tem esse último slide que é a construção da abayomi. Que, no

meu ponto de vista, até onde eu procure , é a única atividade que se remete assim, a uma tradição, a questão das brincadeiras, ai depois cita algumas coisas, mas a única que mostra como fazer né, é a abayomi. E tem essa última foto que é dessa criança, a mesma menina, brincando com a professora. São as únicas fotos que eu achei.

Cláudia: até os profissionais da escola né, só vê pessoa branca, com cabelo liso, claro. Tipo você viu Julia, é seu estilo.

Camilla: o fato de ter a abayomi vocês acham que já é positivo ou não?

Julia: só pra constar né... que teve.

Mercês: vai cair na mesma situação, das datas específicas porque como é a única, deixa pra trabalhar la em novembro, mesma coisa as brincadeiras indígenas, deixa pra trabalhar la em abril. E ai acabou. Não precisa mais pensar sobre isso ao longo do ano inteiro.

Camilla: eu ainda não achei, mas ainda tem umas fotos assim, ilustrações assim, que eu não coloquei porque não são tão realistas, são poucas, eu achei mais interessante a gente focar nessas imagens reais. E ai duas perguntas, pra gente finalizar. Como os materiais didáticos podem estruturar o trabalho pedagógico a fim de garantir a lei, valorizar com a autoestima das crianças e romper com o racismo?

Cláudia: for esse material pedagógico aqui, didático, ele não está estruturando nada, ele não vai auxiliar o professor em nada. Primeiro que se o professor pegar isso ai ele vai falar não preciso trabalhar essa lei. Já que não consta no livro didático, não precisa. Então acho que a questão é, o professor vai ter que olhar o material e ele vai ter que correr atrás disso. Se ele quiser trabalhar.

Cláudia: igual a gente fez. Na verdade a gente nem olhou esse livro né, a gente olhou só a questão mesmo de algumas atividades ai a gente não folheou tudo, mas a gente já tinha visto esta boneca aí, até tinha falado em fazer em tudo, só que o que a gente trabalhou a gente foi pegando ao longo do tempo, a gente pesquisando

e a gente trazendo pra sala. Porque se fosse pra esperar o livro, a gente nem lembraria disso né.

Camilla: não teria feito.

Mercês: e se a gente pensa que o livro de didático é o suporte principal, não único mas o principal, ele deixa muito a desejar.

Camilla: porque ele chegou pra somar né, é o primeiro ano que a gente tem essa literatura. Se ela não, igual vocês falaram, e eu não acho que isso seja um problema, porque eu penso que 99% da escola não estão utilizando o livro. Mas também por que não é atrativo, se vocês tivessem visto que tem coisas diferenciadas aqui talvez ele estivesse sendo mais utilizado, não?

Mercês: sim. E ele quando a gente fez a escolha a gente nem tinha pensado nesta questão da lei.

Cláudia: a gente não teve esse olhar.

Mercês: e também nem pra comparar com os demais. Ele foi escolhido porque ele contemplava as idades de 4 e 5.

Camilla: e também na época quando a gente fez o roteiro tinha uma pergunta falando da lei, só que a gente não tinha esse material impresso, então como que a gente compara e vê minuciosamente, com pouco tempo.

Cláudia: a gente julgou pela capa do livro, ne.

Mercês: a gente leu só na internet, que não tava legal.

Camilla: e a BNCC e o livro didático para professores utilizado hoje pela EMEI Palmeiras são positivas neste aspecto? Acho que vocês já responderam então, né.

Cláudia: só o nome da editora, pode ser?

Camilla: então não, né?

Todas: não.

Camilla: e o que fala assim, em relação a BNCC eu acho que é só uma pincelada muito vaga, assim é isso, tomem estas atividades, não existe uma reflexão também né, ou vocês acham que tem conteúdo, pra exemplificar.

Cláudia: e se a gente olhar assim né, parece que a verdade é, não precisa trabalhar. Sabe? Isto aqui é só pra constar. Não precisa. Não façam questão disso.

Mercês: tinha que ter pego os pareceres, o parecer do conselho, que é quase uma cartilha, que a gente deveria seguir, e que ela deveria constar no material. A forma como deveria ser abordado, trabalhado, por exemplo quando você pega a questão da linguagem oral escrita, você sabe exatamente quais são os pontos que você tem que trabalhar, letra, formação de palavras.

Cláudia: os pareceres de onde? Das diretrizes?

Mercês: da lei

Cláudia: da BNCC?

Mercês: Não, da 10.639/03. Tem os pareceres que a gente ia trabalhar mas acabou que eu abortei a missão. Mas ele fala claramente o que precisa ser feito. Da sugestões do material que deve ser utilizado com história da África que foi traduzido pro Brasil, então a gente vai ter que buscar fora, porque nos cursos de formação de pedagogia, e eu formei na época que a lei tinha acabado de ser sancionada. Ela é de 2003 eu entrei em 2003, no início do ano. E ai até 2006 a gente falou muito pouco sobre isso. Tinham algumas monografias, algumas coisas que falavam sobre o assunto, mas que não aprofundava a questão prática do dia a dia. Porque o grande problema é prático do dia a dia. Não é você pensar que vai trabalhar lá em novembro a consciência negra, ou falar sobre a consciência negra se você deu aula o ano inteiro e não deu conta disso. Você não precisa, na verdade deveria ter todo dia alguma coisa, ou toda semana uma coisa para pontuar sobre o assunto mas que

não chegar lá no fim do ano e só falar aquilo em novembro, aí novembro virou a página a gente vai pro natal vai pra outras comemorações e não faz uma alusão sobre isso. Uma das coisas que assim, quem dá conta de fazer isso bem, que mostra pra gente lá na faculdade, é que sempre faz o comparativo, da mesma forma que a gente tem quando vai comparar, por exemplo, a cultura brasileira, ah lá em Portugal é assim, ah os indígenas fazem assim e os africanos fazem assim, fazer isso ao longo do ano inteiro. Mesmo utilizando o alfabeto, que ah essa palavra vem de origem indígena, ah essa palavra tem origem africana e as duas começam com A, a gente usa elas desta forma. A gente ainda não dá conta de fazer isso.

Camilla: é uma dificuldade muito grande.

Mercês: é. De fazer essa conexão, porque a gente tem que aprender a pensar que vai percorrer o currículo como um todo, em tudo que a gente for fazer. Na matemática, no português....

Camilla: é algo transversal.

Mercês: é.

Camilla: a gente tinha que costurar isso ao longo do projeto da gente.

Cláudia: e aí isso teria que ser colocado naquelas intencionalidades, que também a gente olha o nosso e vê que não tem nada né. A gente fez um caminho ao contrário daquilo ali, porque a gente nem prestou atenção que a gente não tinha nada de referência a isso até porque a gente ficou pensando agora, ué, falou nessa lei, aonde que ela está inserida no nosso projeto. Ela não estava. Dentro daquelas intencionalidades.

Mercês: em momento nenhum.

Julia: é o que a gente tem que repensar no início do ano e tentar fazer o que a Camilla falou: -costurar né, entre uma atividade e outra estar sempre colocando em ênfase isso. E não é mais preciso nem pensar -ah em novembro eu vou trabalhar,

não se você tiver trabalhando o ano inteiro, se você tiver esse foco de ir trabalhando, você não vai precisar chegar em novembro e falar sobre consciência negra.

Mercês: você só vai fazer o que a gente faz na mostra, deveria fazer na mostra, pegar as atividades que foram trabalhadas e montar o mural.

Julia: eu acho que assim que o nosso projeto institucional devia funcionar, você escolhe uma temática pra qual ser falado o ano inteiro, e que tenha tipo assim, mais diálogo entre a gente, mais formação entre a gente a respeito daquele tema, e não só com o objetivo da Mostra Cultural, mas pra aquele tema estar em pauta, sabe, é importante, a gente vai discutir a gente vai trabalhar a gente vai tá sempre de olho nessa temática, trazendo tudo que seja possível pra enriquecer o nosso conhecimento e formação a respeito disso. E aí assim, Mostra Cultural, talvez independente disso né, quem fez alguma coisa que achou interessante, mostra, as vezes a turma teve outro projeto, porque acho que aí mostra mais a identidade da turma ao invés de todo mundo fazer um tema único na Mostra Cultural. Eu acho que devia ser um tema de estudo assim, o tema do Projeto Institucional. Para colocar em debate, para colocar em pauta. Que sirva pros anos seguintes né.

Mercês: eu acho que os únicos dois anos, no meu ponto de vista, que a gente deu conta, enquanto grupo e enquanto profissional mesmo, olhando da minha prática, foi quando a gente trabalhou as histórias, a questão das histórias infantis e agora, que a gente conseguiu dar conta do Projeto Institucional assim, de uma forma, esse ano ainda algumas turmas fugiram um pouco, mas eu acho que a maioria das turmas conseguiu de alguma forma abordar a questão do Mauricio de Sousa, que ficaria só restrita na obra e meio que percorrer mesmo este trajeto. Este ano, eu falo com propriedade, o que a gente se propôs lá em fevereiro, março, de fazer, a gente deu conta de fazer. Algumas coisas acabaram sendo deixadas no meio do caminho, ou deu uma outra cara pra elas, mas percorreu o tempo inteiro, as atividades eram voltadas para isso, em sua grande maioria. E não ficou aquela coisa assim muito solta. Que as vezes a gente pensa a Mostra Cultural e acaba pegando um tema mas aí você não trabalha ele o tempo todo aí chega 15 de agosto você fala: -nó, não tem nada pra mostra. Aí começa aquela loucura, aquela correria, aquela invenção de um monte de coisa, que fica só naquele momento. A gente ficou agarrada assim mas é

porque era o processo. Tinha que ter terminado daquela forma. E não dava pra ter feito o mapa antes, porque a gente fez passeios de reconhecimento e tudo antes, até chegar o momento que os meninos também estavam preparados para sair com a prancheta para desenhar. Porque um passeio só também não ia ter dado conta disso.

Camilla: é verdade.

Mercês: então a gente conseguiu percorrer tudo o que a gente planejou e todas as atividades em torno disso. E essa visão que falta pra gente enquanto grupo, do Projeto Institucional. E se a gente consegue colocar essa aplicabilidade da lei no nosso PPP, mais um motivo que a gente tenha mais momentos coletivos para amarrar.

Camilla: e acho que mais um comprometimento né. Porque tem, assim, a gente já tem a lei que nos obriga mas quando a gente fala que aquele é um projeto da escola, é um comprometimento nosso também com aquele trabalho.

Julia: é. É isso.

Camilla: gente, muito obrigada. Muito obrigada mesmo.



LASEB
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2019.

Prezado(a) Diretor(a),

Solicitamos sua autorização para que o(a) professor(a)/estudante Camilla Aparecida Gomes Fiedler do curso de Especialização em Formação de Educadores para Básica da Faculdade de Educação/UFMG, área de concentração Educação, diversidade e interseccionalidade desenvolva seu projeto de pesquisa nessa instituição, ao longo deste ano.

Esclarecemos que este projeto é orientado por docentes qualificados desta Universidade e consiste em um *plano de ação* relacionado às temáticas do curso e às questões de interesse das escolas da rede municipal de ensino.

Trata-se de um compromisso de retorno a essas escolas, conforme objetivos da parceria entre a FaE/UFMG e a Secretaria Municipal de Educação. Além desse propósito, a consolidação deste projeto constituirá o trabalho final de curso, requisito para a certificação nesta Especialização.

Acrescentamos a esta solicitação um encaminhamento aos pais dos alunos envolvidos no projeto, para que possamos contar com sua adesão e autorização de participação dos filhos em atividades e registros.

Agradecemos por sua colaboração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos sobre este curso e os projetos nele desenvolvidos.

Atenciosamente,

Vanessa Sena Tomaz
Vanessa Sena Tomaz

Coordenadora Geral do Curso

Juciana da Costa Lima - AM 74370-7

Prof. Juarez Molgaço Valadros
DMTE/FaE/UFMG

JR
Orientador(a) do trabalho

Faculdade de Educação da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 1669 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - Cep: 31.270-901 - Fone: (31) 3409-6369
Fax: (31) 3409-5311 - laseb@fae.ufmg.br / www.fae.ufmg.br/laseb



L A S E B
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

AUTORIZAÇÃO

Eu, Henrica Louisa dos Santos....., docente da
E.M. EMEI Calmurças....., autorizo a professora Camilla
Aparecida Gomes Fiedler, cursista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG,
a utilizar as informações por mim prestadas por meio de relato oral gravado em áudio na
elaboração do trabalho final do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da
UFMG, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Estou
ciente de que o trabalho desenvolvido tem como objetivo contribuir para que as crianças
apreciem e vivenciem músicas, danças e artes visuais para a construção de representações
positivas e valorização da cultura negra de acordo com a lei 10.639/03. Fui informada que o
plano de ação está sendo orientado pela Prof. Juarez Melgaço Valadares.

As entrevistas feitas, bem como os outros dados coletados na pesquisa serão
arquivados e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Ressaltamos que a
participação é voluntária, e há plena liberdade dos sujeitos a se recusarem a participar, ou
retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Belo Horizonte, 17 de setembro..... de 2019.

Henrica Louisa dos Santos

Assinatura do entrevistado



LASEB
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

AUTORIZAÇÃO

Eu, Neidmar de Souza Vilela....., docente da
E.M. EMEI Palmeiras....., autorizo a professora Camilla
Aparecida Gomes Fiedler, cursista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG,
a utilizar as informações por mim prestadas por meio de relato oral gravado em áudio na
elaboração do trabalho final do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da
UFMG, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Estou
ciente de que o trabalho desenvolvido tem como objetivo contribuir para que as crianças
apreciem e vivenciem músicas, danças e artes visuais para a construção de representações
positivas e valorização da cultura negra de acordo com a lei 10.639/03. Fui informada que o
plano de ação está sendo orientado pela Prof. Juarez Melgaço Valadares.

As entrevistas feitas, bem como os outros dados coletados na pesquisa serão
arquivados e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Ressaltamos que a
participação é voluntária, e há plena liberdade dos sujeitos a se recusarem a participar, ou
retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Belo Horizonte, 17 de setembro..... de 2019.

Assinatura do entrevistado



L A S E B

Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

AUTORIZAÇÃO

Eu, Tatyane Andrade Almeida, docente da
E.M. de Educação Infantil Palmeiras autorizo a professora Camilla
Aparecida Gomes Fiedler, cursista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG,
a utilizar as informações por mim prestadas por meio de relato oral gravado em áudio na
elaboração do trabalho final do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da
UFMG, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Estou
ciente de que o trabalho desenvolvido tem como objetivo contribuir para que as crianças
apreciem e vivenciem músicas, danças e artes visuais para a construção de representações
positivas e valorização da cultura negra de acordo com a lei 10.639/03. Fui informada que o
plano de ação está sendo orientado pela Prof. Juarez Melgaço Valadares.

As entrevistas feitas, bem como os outros dados coletados na pesquisa serão
arquivados e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Ressaltamos que a
participação é voluntária, e há plena liberdade dos sujeitos a se recusarem a participar, ou
retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Belo Horizonte, 26 de Novembro de 2019.

Tatyane Andrade Almeida

Assinatura do entrevistado